



## DA ANUNCIAÇÃO ÀS ORAÇÕES: UM TEXTO SENSÍVEL SOBRE MARIA

"No tempo próximo ao Advento e às festas de Fim de Ano, a maioria absoluta do universo cristão estará com a atenção voltada para o brilho do Natal, o nascimento do Filho de Deus. Maria, a Mãe do Filho de Deus, ficará em um foco mais lateral, porém ainda provido de muita importância. A partir desse ponto se fortalecerá cada vez mais o poder de uma

nova trindade além da Santíssima: A Virgem Mãe, a herança de seu filho e os séqüitos de anjos. Essa força caminhará ao lado de muitas mulheres que também são mães, cuidadoras, protetoras; que sofrem, oram e enfrentam dificuldades diárias da própria vida e da vida daquelas a quem amam".

**Página 6**

## Mulheres da Fazenda do Rio do Peixe

"Em inícios do Século XIX, a Fazenda Rio do Peixe acolheria influente grupo de mulheres, membros da aristocracia rural", começa João Pinto de Oliveira em artigo que revisita parte do clã Lara e traça desenhos importantes sobre a vida aristocrática para mulheres da época.

**Página 10**

## Um homem, muitas histórias: a saga de Antenor Doido

Pouco se sabe sobre o homem de humor instável que num segundo era meigo com as crianças e no outro esbravejava contra aquelas que brincavam na sua calçada. Mas algumas informações sobre ele ainda se espalham no boca a boca da cultura popular: passou pelo interior mineiro há pelo menos 60 anos, vivia sozinho, se negava a conviver com qualquer pessoa, era muito (muito!) trabalhador e desenvolveu uma devoção bonita a São Tiago – padroeiro a quem fez questão de agradecer numa visita à hoje Terra do Café com Biscoito.

**Página 16**

## Crônicas Cooperativistas

Quarenta anos correspondem a 14.600 dias. Mas tão volumosas quanto o tempo são as histórias que atravessam a jornada da nossa Cooperativa. Isto é, o Sicoob Crediverentes que um dia foi Cooperativa de Crédito Rural Campos das Vertentes Ltda; os 50 mil Cooperados que já se

limitaram a 22 homens do campo unidos com dificuldade em tempos de descrença; os 28 Pontos de Atendimento região afora que cresceram a partir de uma salinha improvisada em São Tiago.

Chegar tão longe com portas sempre abertas reflete trabalho duro, persistência e o próprio poder da Cooperação. Há

nas entrelinhas do sucesso, porém, impasses e percalços que hoje são resignificados em memórias.

Nossas *Crônicas Cooperativistas*, portanto, chegam à segunda edição. Boa leitura!

**Página 3**

# PREÂMBULO

## NEOLIBERALISMO E MAZELAS SOCIAIS

"No baile da máscara que vivemos, basta-nos o agrado do traje, que no baile é tudo" (Fernando Pessoa "O Livro do Desassossego")

A sociedade vê-se refém do chamado neoliberalismo, doutrina hegemônica anti-humanista, antiética, que prega/pratica o individualismo, a acumulação desmedida de capital, o culto ao personalismo e à vaidade desvairada, o desprezo ao social. Somos assim doutrinados, explorados por grandes conglomerados econômicos, cujos mecanismos nefastos nos impõem dependência, subserviência.

Imbuem-nos tais corporações e lobbies a falsa sensação de prazer, poder, pertencimento, quando, na verdade, deteriorando-nos a mente, fragilizando-nos a autodeterminação e a consciência, adocendo-nos física e mentalmente. O cidadão, pais, mestres, autoridades compromissadas com o bem estar dos filhos, precisamos nos contrapor a tais abusos, regulamentando-se a divulgação e circulação de produtos nocivos à saúde pública. Afinal, nossas crianças e jovens são doutrinados e manipulados ao consumismo irresponsável, com gravíssimas consequências individuais e sociais. Paga-se um preço alto de desumanização, de violência, enquanto permanecemos todos, de braços cruzados, a principiari de autoridades responsáveis.

Nossa psiquê é vulnerabilizada, vilipendiada, apossada pela publicidade infecciosa, hipnótica, robótica, nos trazendo sujeição, acomodação. No filme "Laranja mecânica", o personagem Alex é impedido por pinças metálicas de fechar os olhos, ou seja, forçado a ver o que ele não quer ou não pediu, até que sem senso crítico, despersonalizado, apassivado, torna-se um objeto tal qual lhe é imposto pelo poder econômico consumista. Consumimos "empurrados goela abaixo" uma série de produtos alimentícios ultraprocessados que nos proporcionam problemas de saúde, ainda que rotulados como "saúdáveis", "ricos em vitaminas". Biscoitos, doces, salgadinhos, refrigerantes, achocolatados, tudo à base de aditivos químicos perniciosos, gorduras, açúcares, sob intensa propaganda geralmente direcionada ao público infanto-juvenil. Da mesma forma, produtos tecnológicos (big techs), cigarros, eletrônicos e correlatos.

A médio e longo prazo, vem a conta na forma de hipertensão, infarto, depressão, ansiedade, obesidade. É o que vem alertando especialistas renomados como Dr. Drauzio Varella, Dr. Lair Ribeiro.

Segundo o periódico "American Journal of Preventive Medicine" (2019) e ainda estudos do NUPENS/USP (2022) 57 mil pessoas morrem anualmente no Brasil associadas/suspeitas de consumo exagerado e viciante de produtos ultraprocessados, da mesma forma que registrou-se, no período, o aumento de 28,6% de obesidade (<https://oglobo.globo.com/.saude/noticia/2023/10/11/ultraprocessados-rotulos-de-alimentos, acesso aos 21-12-2023>).

Um fluxo atrativo, frenético disposto pela publicidade cibernética, numa ciranda contínua de cores, sons, sentidos colapsados. O poder ganancioso que só se preocupa com dinheiro, servindo-nos bandejas ornamentadas, feéricas, na verdade cacos traiçoeiros aos bolsos e ao corpo depenados...

## Adivinhas/Charadas



- 1- Eu sou seu irmão, mas você não é meu irmão. Como será que isso é possível?
- 2- O que pode correr, mas nunca anda; tem leite, mas nunca dorme; nasce, mas não morre?
- 3- A mãe de Mary teve quatro filhos. Abril, Maio e Junho foram os três primeiros. Qual o nome da 4ª criança?
- 4- O que é que dá o poder de atravessar paredes?

Respostas: 1) Você não é meu irmão, porque é minha irmã; 2) O rio; 3) Mary; 4) As portas

## Provérbios e Adágios

- Por causa da rosa, a erva daninha também é irrigada
- Quem sai aos seus, não degenera
- Quem não é visto, não é lembrado
- Cavalo dado não se olha os dentes, mas dá pra ver a ferradura

## Para refletir

- "O passado não está morto, ele ainda nem sequer é passado" (William Faulkner)
- "Só podemos ver o caminho, retornando ao início." (Buda)
- "Acredite em si mesmo e você será imparável."
- "Cada dia é uma nova oportunidade para brilhar."
- "Se você pode sonhar, pode realizar."
- "A persistência leva ao sucesso."

## CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS



Recebemos/agradecemos manifestações da distinta escritora Cida Chaves com comentários sobre o texto "Máquina de escrever" publicado em nosso boletim nº CXIX – Dez/25 e convite para lançamento de seu livro "Mulheres Insurgentes na Inconfidência Mineira" Ed. Mandala e, da também escritora e educadora, Sr.ª Erminia Caputo com brilhantes reflexões/questionamentos sobre o tem "Cosmogênese" publicado na edição nº CCXX jan./2026. Realmente intrigante, senão avassalador falarmos em termos de universo, de infinitos, do que nos foge à humana compreensão/avaliação.

## Expediente

O boletim é iniciativa independente, popular, voluntária. Assim, precisa do apoio de São Tiago e região; de pessoas comprometidas com o desenvolvimento e a preservação da memória coletiva. Contribua conosco! Somando esforços, multiplicamos Cultura e Tradição.

[credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br](mailto:credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br)

**Comissão:** Adriana Martins, Elisa Coelho, Fabiana Diéle  
**Coordenação:** Ana Clara de Paula  
**Redação:** João Pinto de Oliveira  
**Colaboração:** IHG – São Tiago  
**Apoio:** Fernanda Cristina de Sousa  
**Revisão:** Fábio Caputo e Sandra Caputo  
**Jornalista Responsável:** Marcus Santiago (MTB 19.262/MG)

### Entre ideais e dificuldades

Publicada nossa primeira crônica, o leitor pode até imaginar que os obstáculos enfrentados para a implantação da nossa Cooperativa foram “somente” de ordem burocrática. Quem nos dera, diríamos nós, porque também encontramos impensáveis entraves de ordem cultural e comportamental – a começar pela descrença de muitos em uma iniciativa comunitária, autócotone e popular. Especialmente num país onde o povo – secularmente reprimido e subestimado pelo Estado e pelas elites – concentra expectativas de realização (herança talvez do Colonialismo) no governo, em religião, D. Sebastião e outros oportunistas de sempre.

Fato é que ainda nos faltam autoestima, confiança e crença no poder próprio.

Mas voltando àqueles tempos iniciais do Sicoob Credivertentes, toda ação popular era vista pelos “donos do país” – as castas tupiniquins – ora como subversivas, ora como no mínimo inviáveis ou utópicas. Dessa forma, embora muitos fossem os convidados a criar nossa Cooperativa, poucos realmente aderiram à ideia.

Dentre os incrédulos, aliás, ouvia-se comentários como “um ‘banco’? Em São Tiago?!”. E havia ainda os que riam à socapa, ridicularizando a ideia. Dois fatores no mínimo, digno-se dizer, influenciaram tal repulsa à constituição da Cooperativa.

Para começar, o movimento cooperativista achava-se muito desgastado regionalmente, dado o fracasso de várias cooperativas de produção (especialmente de café e leite), de consumo, eletrificação rural. Cidades a exemplo de Barbacena e mesmo São João del-Rei, por exemplo, amargaram o fato de praticamente todas as cooperativas existentes terem sido liquidadas em meados e fim do Século XX.

Falar, pois, em Cooperativismo, era convite para levar “porta na cara”. Caso houve inclusive em que, ao visitar certo agricultor, um gerente da nossa Cooperativa foi expulso da propriedade. São Tiago também tivera, no passado, experiências desgastantes com instituições financeiras nos anos 1920 e 1930, mormente o Banco Popular de São Tiago. Liquidada em 1937, a instituição seguiu curiosamente estridente, viva na memória popular. Daí surgir como argumento contrário à nossa Cooperativa de Crédito já nos anos 1980: “São Tiago não é bom exemplo. Lá já quebrou um banco, anos atrás”. Não foi a única, porém. Outras instituições e marcas do sistema bancário tradicional tiveram o mesmo fim do dia para a noite.

Nossa Cooperativa resgatária, contudo, a credibilidade do sistema financeiro regional.

#### Resgate da imagem do cooperativismo na região Vertentes

Outro fator surpreendente e ilógico é a mentalidade ou cultura – sabe-se lá de onde originou – de que o Cooperativismo é uma caixa mágica, um solucionador de todos os problemas de forma paternalista, caritativa, assistencialista, miraculosa. Ou, ainda, uma panaceia, uma casa de Mãe Joana, um “abre-te, Sésamo” para muitos.

Na nossa Cooperativa, isso se observava em pedidos por práticas de juros diferenciados, “perdões” de altas dívidas e, ainda, em reações truculentas quando do ajuizamento de devedores. Comportamentos que pareciam ignorar a seriedade da gestão de todo e qualquer recurso, além do fato de sermos regulados, supervisionados e normatizados em todos os níveis. Tudo com rígido acompanhamento por autoridades monetárias como o Conselho Monetário Nacional e o próprio Banco Central. Isso sem falar na nossa integração sistêmica, gerando maior segurança e estruturação administrativo-operacional.

Difícil lidar, mas bem possível de compreender até.

É bem verdade que historicamente fomos todos tratados como “coisas”; e deixamos de ser cidadãos para nos tornarmos – sob a ótica do poder –, simples tufos de folhas ao sabor do vento. Mas é preciso questionar, propor a libertação para si e ao próximo. Daí a importância de movimentos que ecoam das margens, firmam raízes nas pequenas comunidades e crescem como alternativas ao status quo.

Sempre foi assim com o Cooperativismo, de Rochdale a São Tiago. Algo que incomoda, sim, muitos encastelados; mas transforma os demais.

### Banco do Pinheirinho

Uma audiência foi marcada com o então prefeito de certa cidade da região. Objetivo: conversar sobre a possibilidade de implantar ali uma agência da nossa Cooperativa. Acontece que na citada cidade uma outra instituição, do mesmo setor, já havia sido liquidada, causando um trauma generalizado.

Eis que, logo após desembarcar no município e chegar à Prefeitura, nossa comitiva foi surpreendida com a informação de que o prefeito local havia... “viajado”. Compromissos de última hora, garantiu sua secretária.

– Quem poderá nos receber? – perguntaram os dirigentes, encaminhados então ao presidente da Câmara Municipal. Era um senhor de meia idade, robusto fisicamente, que ostentava um enorme chapelão à cabeça.

Foi receptivo, mas transformou-se em colérico e intratável assim que nos ouviu.

– Pelo que estou entendendo, os senhores são do “banco do pinheirinho”. Aquele que já teve uma agência aqui e nos deu grandes prejuízos.

E prosseguiu explosivo:

– Os senhores não têm vergonha de retornar aqui, caras lambidas, se propondo a novos achaques contra a nossa população?

Mal questionou e apontou a porta de saída, vociferando:

–Rua!

Foi impossível clarificar que a instituição anterior jamais teve ligação conosco; que tratavam-se de propostas, gestões, histórias e objetivos muito diferentes. Nosso projeto? Sequer foi apresentado. Uma pena. Mas um caso claro da insatisfação popular com bancos e, lamentavelmente, outras cooperativas que passaram pela região.

### Estranha visão de associado

Certa vez, quando nossa Cooperativa tinha pouco tempo de funcionamento e muitas dificuldades, um associado acercou-se do dirigente, à saída da agência.

– Vou encerrar ou reduzir minha movimentação na Cooperativa.

– Qual o motivo?

– A tarifa de manutenção de conta.

– Mas por quê?! Bom... Sei que mantêm contas em outras instituições, aplicações que sabidamente não estão conosco. Quanto paga de tarifa nos outros lugares?!

– Trinta reais.

– Você paga “trinta” lá e acha “dez” excessivos por aqui?

– Sim, uai! A Cooperativa não pode cobrar qualquer coisa...

– Mas como iremos sobreviver, arcar com custos de aluguéis, seguros, salários, transportes de valores? Como vamos atender o público associado e à comunidade?!

– Vocês que se virem – disse numa indiferença que demonstrava, na verdade, um brio ferido por argumentos sobre os quais não havia pensado.

## CAUSOS DO PE. JOSÉ DUQUE

### UMA LIÇÃO À MESA

Por Fernando de Castro Campos  
Membro do IHGST

Pe. José Duque de Siqueira tinha uma sensibilidade especial para as palavras e o significado que elas carregam. Por isso, não gostava quando ouvia a expressão “comi como um padre”, usada de forma jocosa, como se insinuasse exagero à mesa. Para ele, a dignidade estava nos pequenos gestos do dia a dia.

Certa vez, durante uma viagem a Belo Horizonte, enquanto almoçava tranquilamente em um restaurante simples, ouviu um dos poucos presentes comentar, ao terminar a refeição:

— Nossa, comi igual um padre!

Com serenidade, Pe. José Duque pediu que o homem repetisse a frase. Um pouco surpreso, ele repetiu exatamente as mesmas palavras. Então, com um leve sorriso e voz firme, o sacerdote respondeu:

— Então você comeu com classe! Porque padres comem com classe!

A resposta, elegante e cheia de espírito, transformou o momento em uma lição sutil sobre respeito, dignidade e o verdadeiro sentido das palavras.



Pe. José Duque com alguns familiares na Fazenda do Sítio

### A BEATA E O BANCO MARCADO

Por Fernando de Castro Campos  
Membro do IHGST

Em São Tiago, havia uma beata tão assídua às missas que dizia conhecer cada trinca das paredes da igreja. Sentava-se sempre no mesmo banco, do lado esquerdo, terceira fileira, bem na ponta. Para ela, aquele banco já não era da igreja, era o dela.

Certo domingo, chegou um pouco atrasada e encontrou seu banco ocupado por uma família vinda da roça, gente simples, recém-chegada à cidade. A beata ficou possessa. Cruzou os braços, pigarreou alto e cochichou para quem estivesse perto:

— Isso é uma falta de respeito... todo mundo sabe que esse banco é meu.

Durante a missa, ela não prestou atenção em nada. Só olhava atravessado para o banco “invadido”. Assim que terminou a celebração, foi direto falar com o Pe. José Duque, cheia de razão:

— Padre, o senhor precisa orientar o povo. Hoje tomaram o meu banco!

O vigário ouviu em silêncio, com aquele olhar calmo que já deixava muita gente sem argumento. Então perguntou:

— Minha filha, e desde quando banco de igreja tem

dono?

Ela sem graça respondeu:

— Uai padre... eu sento ali há mais de vinte anos!

Pe. José Duque sorriu de leve e respondeu:

— Pois é justamente isso que me preocupa. Quem marca lugar demais na igreja corre o risco de chegar no céu e descobrir que sentou no banco errado a vida inteira.

A beata ficou muda. No domingo seguinte, a beata chegou cedo como nunca, mas sentou em outro banco. E dizem que, ela nunca mais teve coragem de dizer “meu banco” dentro da igreja, porque o banco marcado, serviu para ensinar humildade.

Pe. José Duque quis dizer que há pessoas que passam a vida inteira mantendo as mesmas atitudes, assim como a própria mulher, que se achava dona do banco. Ao final, a fala leva à reflexão de que ela poderia ter estado enganada durante toda a vida, fixando o apego às coisas da terra atrapalhando o caminho para céu. No entanto, a beata entendeu a mensagem de forma equivocada, levando a fala “ao pé da letra”. Achando que mudar de banco já bastava.

(Segundo informações dos familiares do Pe. José Duque).

## ENTRE LENDAS E REALIDADES:

## UM CAVALEIRO, UMA TESPESTADE E UM MISTÉRIO

Por Fernando de Castro Campos  
Membro do IHGST

Numa tarde de céu carregado, na velha Fazenda do Café, perdi a entre as montanhas de Minas Gerais, a chuva desabava grossa, como se o céu quisesse chorar. A fazenda, com suas varandas largas e suas janelas de madeira desgasta, já tinha visto muitas tempestades, mas naquela noite algo diferente pairava no ar.

Por volta das nove horas da noite, enquanto a família terminava o terço à luz de lamparinas e velas, ouviram três batidas fortes na porta da frente.

Assustados, todos se olharam. Quem seria naquela chuva brava? O patriarca, pegou o lampião e foi até a entrada. Ao abrir a porta, encontrou um homem montado em um cavalo negro, coberto por um manto encharcado. Seu chapéu de aba larga escondia quase todo o rosto, mas dava para ver que seus olhos brilhavam estranhamente, refletindo a luz do lampião.

Com voz rouca e baixa, o cavaleiro falou:

— “Boa noite... preciso de um copo d’água e um pão... para continuar minha viagem.”

A matriarca da casa, correu até a cozinha e, com mãos trêmulas, preparou o que ele pediu: um pedaço de pão fresco e um copo de água fria do pote de barro.

Quando voltaram à porta, não havia mais ninguém.

O cavalo, o cavaleiro, os rastros. Tudo havia sumido, como se nunca tivessem existido. Nem uma marca na lama, nem o som de cascos se afastando, nada. Só a chuva, que agora parecia ainda mais forte, e o vento, que sussurrava pelos corredores da fazenda.

Juraram ter visto, enquanto fechava a porta, uma sombra caval-



gando no meio da tempestade, mas sem cavalo, sem corpo... apenas a capa negra se arrastando pela estrada de terra.

Na manhã seguinte, encontraram algo estranho: perto da porteira da fazenda, havia uma ferradura cravada no tronco do velho ipê, como se o cavaleiro tivesse deixado sua marca. E diz o povo que em toda noite de chuva grossa, aquele cavaleiro retorna, batendo na porta dos incautos, pedindo pão e água. E aí daquele que recusar o pedido, pois dizem que ele não volta para pedir duas vezes.

## CLUBE DA LEITURA DO INSTITUTO SÃO TIAGO APÓSTOLO

Por Fernando de Castro Campos  
Membro do IHGST

No dia 20 de janeiro de 2026, o Clube da Leitura retomou suas atividades, após o recesso de final de ano, promovendo encontros dedicados a relatos, reflexões e opiniões sobre a leitura da obra “Grande Sertão: Veredas”, do renomado escritor João Guimarães Rosa.

Na ocasião, a escritora Nilza Trindade Morais Campos apresentou seu livro “Uma Vertentes nas Gerais”, no qual narra a experiência de sua viagem partindo da nossa querida cidade de São Tiago, situada no Campo das Vertentes, em direção às terras que inspiraram o ilustre João Guimarães Rosa. Durante o percurso, a autora visitou Cordisburgo, cidade natal do escritor, conhecida como o “coração” de sua obra, além de viven-

ciar a marcante experiência de conhecer o Rio São Francisco.

A escritora também compartilhou com os participantes um poema, inspirado nas memórias e emoções despertadas por esse percurso tão significativo, enriquecendo ainda mais o encontro com sensibilidade e profundidade literária.

O Instituto São Tiago Apóstolo convida todos os interessados a participarem do Clube da Leitura, que se reúne às terças-feiras, às 19h, quinzenalmente, no Instituto São Tiago Apóstolo. A participação é aberta a todos os leitores que desejam aprofundar seus conhecimentos literários e compartilhar experiências de leitura em um ambiente de diálogo e aprendizado.

### VEREDAS MEMORÁVEIS Nilza Trindade Morais Campos

Verdes veludosas veredas  
Do grande Sertão Roseano  
Também Sertão Franciscano!

Velosas veredas vesperais  
Do Pirapora a Buritizeiro  
Nos vales de Minas Gerais!

Vejo verdejantes veredas  
Em Cordisburgo famosa  
Do ilustre Guimarães Rosa!

Vinhos vendáveis na renda  
Gravatas — borboletas vistosas  
Museu casa de Guimarães Rosa!

Velhas veladas veredas  
Abrigam raízes, história  
Prestígio, fama e memória

Versadas vertentes veredas  
Guardam as trilhas de seda  
Do universo de Guimarães Rosa!

# Salve Rainha

Por Fabio Antônio Caputo

No tempo próximo ao Advento e as festas de fim de ano a maioria absoluta do universo cristão estará com a atenção voltada para o brilho do Natal, o nascimento do Filho de Deus. Maria, a Mãe do Filho de Deus, ficará em um foco mais lateral, porém ainda provido de muita importância. A partir desse ponto se fortalecerá cada vez mais o poder de uma nova trindade além da Santíssima: A Virgem Mãe, a herança de seu filho e os séquitos de anjos. Essa força caminhará ao lado de muitas mulheres que também são mães, cuidadoras, protetoras, que sofrem, oram e enfrentam dificuldades diárias da própria vida e da vida daqueles a quem amam.

## AVE MARIA

**Ave Maria, cheia de graça,  
o Senhor é convosco;  
bendita sois vós entre as mulheres  
e bendito é o fruto do vosso ventre, Jesus.  
Santa Maria, Mãe de Deus,  
rogai por nós, pecadores,  
agora e na hora da nossa morte.  
Amém.**

A evolução da imagem e importância de Maria, desde as sagradas escrituras até a consolidação de um imenso Universo Mariano dentro da cristandade, distribuiu influências e deixou marcas em toda a produção criativa humana, incluindo as artes de modo geral. Entre estas a pintura sempre foi um meio clássico e respeitado para a representação do mundo físico, e mais além, o mundo espiritual. A obra duplamente batizada de "O canto dos anjos / Song of the angels" ou "A virgem e os anjos / The virgin of the angels", datada de 1881, de autoria do pintor francês William-Adolphe Bouguereau, é apenas mais uma entre milhares de representações pictóricas do tema, mas em seu estilo acadêmico, requintado, elegante, meticuloso e preciso é um bom exemplo que transmite o sentido de importância transcendental que a fonte inspiradora exige.

Das preces consagradas a Nossa Senhora duas possuem claramente a primazia de serem mais difundidas e proferidas: Ave Maria e Salve Rainha. Ave Maria é um primor de saudação marcada por certo toque de devoção amalgamada com admiração e alegria existencial, com um pedido de intercessão genérico e rápido ao seu término. A oração é um texto curto, linear e objetivo, de extrema simplicidade e consequente facilidade de memorização. As palavras e frases fluem em um ritmo natural que marca sutilmente as pausas da oração falada.

Salve Rainha (Salve Regina, em latim), por sua vez e nestes termos está em um lado descritivo antagônico. Sua natureza é outro tipo de estrutura, um texto mais extenso, complexo e sinuoso. As múltiplas invocações travam a narrativa falada desconstruindo qualquer tentativa de fluxo e ritmo. É uma prece pesada, severamente revestida de um sentimento de urgência, como uma súplica da humanidade imersa em um quase ou total desespero, buscando pela providência divina presente na figura de Maria.

No eixo central dessa trindade Mariana a Virgem assume seu papel de mãe da humanidade, oferecendo o colo e conforto, os braços em abraço e abrigo, a voz e iniciativa em atitudes de defensora e protetora, mas não abre mão do papel de quem orienta e oferece ensinamentos e direção. O Menino Jesus nesse instante, pequenino, ainda é a promessa da promessa de um messias que trará a redenção, o perdão e a sal-



Pintura "A Virgem e os Anjos" de William-Adolphe Bouguereau

vação para os homens. Quanto aos anjos, estes possuem uma estreita e íntima relação com Maria, desde a Anunciação até os momentos posteriores quando eles se tornam seus mensageiros e interventores. Maria é referenciada como Rainha ou Senhora dos Anjos.

## SALVE RAINHA

**Salve, Rainha, mãe de misericórdia,  
vida, doce, esperança nossa, salve!  
A Vós bradamos,  
os degredados filhos de Eva.  
A Vós suspiramos, gemendo e chorando  
neste vale de lágrimas.  
Eia, pois, advogada nossa,  
esses Vossos olhos misericordiosos  
a nós volvei.  
E, depois deste desterro,  
nos mostrai Jesus, bendito fruto  
do Vosso ventre.  
Ó clemente, ó piedosa,  
ó doce Virgem Maria.  
Rogai por nós, Santa Mãe de Deus,  
para que sejamos dignos das promessas de Cristo.**

Existem duas variantes que determinam a origem e a autoria da oração Salve Rainha. A primeira, tradicionalmente mais aceita, direciona os créditos para o monge beneditino alemão Hermann Contractus, que aproximadamente no ano de 1050 na Abadia e Mosteiro de Reichenau, sul da Alemanha, realizou sua composição. Outra versão, menos creditada, atribui a Adhemar de Monteil, bispo da cidade francesa de Puy, o mérito da criação de uma prece que deveria tornar-se um canto de guerra a ser entoado nas Cruzadas. Independente das alternativas anteriores o certo é que por volta de 1146 houve um acréscimo ao texto original realizado por São Bernardo de Claveral: a tripla invocação final "Ó clemente, ó piedosa, ó doce sempre Virgem Maria".

Ao observar uma demonstração de fé genuína e profunda na forma de um fiel em atitude de oração, em total entrega de sua existência e esperança, resta àqueles muitos que não possuem dentro as dobras de sua alma e corpo as competências ou a iluminação necessária para essa experiência espiritual religiosa e interior, manter-se a certa distância no mais respeitoso silêncio, com a sensibilidade do melhor olhar que um humano possa dirigir ao próximo, e, o mais importante, repleto de autêntica admiração e traços de uma tímida inveja inofensiva, se isso não for pecado!...

## I. PE QUIRINO GONÇALVES DE ARAÚJO

Pe. Quirino Gonçalves de Araújo era natural da freguesia da Lage (Resende Costa) onde foi batizado aos 03-09-1821, filho do Cap. Francisco Gonçalves de Araújo<sup>(1)</sup> e de D<sup>a</sup> Joana Custódia de Proença e Silva, np de Manoel Gonçalves de Araújo e D<sup>a</sup> Teresa de Jesus e Góes<sup>(2)</sup> e nm do Cap. José Ribeiro da Silva e D<sup>a</sup> Joana Damásia (De Genere). Em documentos (petições eclesiásticas) aparece como Quirino Gonçalves de Araújo Recife. Seus pais já eram falecidos em 1857 (De Genere). Sacerdote ordenado em Mariana e que, segundo o De Genere, foi capelão e cantor da Capela Imperial do Rio de Janeiro<sup>(3)</sup>.

(De Genere Vita et Moribus – Ano 1857 – Pe. Quirino Gonçalves de Araújo – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – Reg. N. 3143, arm, 16, pasta 1321).

### NOTAS

(1)– O Cap. Francisco Gonçalves de Araújo, natural de São José (Tiradentes) casou aos 22-11-1802 com Joana Custódia de Proença e Silva, filha do Cap. José Ribeiro de Oliveira e Silva (c. 1746–c.1801) e de D<sup>a</sup> Jesuina (Joana) Custódia de Proença e Góes (Fonte: GeneaMinas).

(2)– D<sup>a</sup> Teresa de Jesus e Góes era filha de Manoel Gonçalves de Góes Avintes, natural da freguesia de São Pedro de Avintes, bispado do Porto e de D<sup>a</sup> Micaela da Conceição, natural de Bagé (RJ), filha de Domingos Ramalho Bri-

to e Ursula Garcez. Manoel Gonçalves de Góes Avintes e D<sup>a</sup> Micaela da Conceição casaram-se na Igreja da Candelária, Rio de Janeiro, aos 06-02-1697. D<sup>a</sup> Teresa foi casada com Manoel Gonçalves de Araújo, natural de Santa Maria Madalena, Chaves, bispado de Braga

Além de D<sup>a</sup> Teresa de Jesus e Góes, o casal teve os filhos:

1.1 Josefa Maria de Jesus c/c José Pinto Raimão

1.2 Felipa Antonia de Góes c/c Caetano Lopes de Azevedo, natural de Viseu

1.3 João Gonçalves de Avintes, falecido em junho de 1794 na Fazenda Barra do Elvas, em São João Del-Rei

1.4 Domingos Gonçalves de Góes c/c Maria Bernardes de Almeida Lara, proprietários da Fazenda do Mosquito (Cel. Xavier Chaves)

Este casal teve vários filhos, sobrevivendo apenas o Quartel Mestre João Gonçalves de Lara e Góes, nascido em 1768, batizado aos 14-03-1769 em Cel., Xavier Chaves). Casado aos 02-07-1788 com Josefa Maria de Faria.

(3)– A Capela Imperial do Rio de Janeiro, instalada na Igreja de Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé, era/foi local de brilhantes cerimônias da família real, a exemplo da aclamação de D. João VIU, as coroações de D. Pedro I e D. Pedro II, o casamento da Princesa Isabel etc.

A Igreja, a partir de 1808, com a chegada da Família Real, foi elevada à condição de Capela Imperial por D. João VI, o que perduraria até a proclamação da República (1889). Continuará, ademais, como catedral metropolitana do Rio de Janeiro até 1996, quando a nova catedral foi inaugurada.

## II. MANUEL GONÇALVES PINTO

Manuel Gonçalves Pinto (em alguns registros Manuel Gonçalves Pinto de Resende) natural da Lage (Resende Costa), batizado aos 13-01-1861 na matriz de Nossa Senhora da Conceição (sic) da Lage, conforme Livro de Batismos n. 3, fls. 113v. Filho legítimo de Manuel Gonçalves de Moura e D<sup>a</sup> Ana de Almeida Lara.

Apresentou como patrimônio, para fins de habilitação, uma apólice geral da dívida pública no valor de um conto de réis.

(De Genere Vita et Moribus – 1880 – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – Reg. nº 3011, arm. 15, Pasta 1189).

## O CLUBE DAS VIÚVAS: LARGO DA MATRIZ

Por Fabio Antônio Caputo

De vez em quando uma provocação é lançada de encontro aos homens maduros de São Tiago. Soa como se fosse um misto de aviso, ameaça e piada, recomendando cultivar uma atenção sadia pela própria vida, pois o número de viúvas supera predominantemente o número de viúvos nesta cidade. Isso não causa muita surpresa. A diferença de gêneros já explícita que as mulheres se cuidam muito melhor que os homens sendo a condição de viuvez bem mais difícil e debilitante para os maridos do que para as esposas.

No Clube das Viúvas do Largo da Matriz a presidência é exercida, com absoluta certeza, por D. Nilda Reis, viúva do Sr. José Afrânio. Este cargo foi obtido por óbvios méritos próprios e pela autoridade advinda de 100 anos vividos, muito bem e alegremente comemorados ao final de 2025. É impressionante pensar que essa senhora, a ex-professora que ainda lembra o nome de nossos pais seus alunos, presenciou uma razoável lista de



mulheres perderem seus parceiros de vida, seja como parente, amiga ou vizinha.

Uma afirmação sem provas continuará simplesmente sendo uma presunção até que algo a respeito seja feito. Para a validação da tese será feita uma análise das combinações dos endereços e famílias dos moradores do Largo da Matriz, tomando como base quatro ou cinco décadas do passado, para simplificar. Evidentemente imóveis foram demolidos ou reconstruídos com outras destinações, novas construções surgiram e famílias se alternaram em uma mesma residência. Essas difíceis condições de contorno deverão ser relevadas. A pesquisa será feita a partir da Loja Eletromóveis, seguindo em sentido anti-horário, considerando que em algum momento em algum endereço morou uma viúva. A lista apresenta o número da casa, se possível, e os nomes da viúva e seu falecido esposo. Imprecisões, omissões, esquecimentos e erros são inevitavelmente esperados.

Constata-se que em robustos 80% dos imóveis, ou mais, residiu uma viúva. O número de viúvos, para manter certa isenção no processo, não dá nem para começar. É para contar nos dedos.



392 D. Antônia / Josafá Mata, Fazinho  
104 D. Maria da Conceição / Rubens Mata  
104 D. Emília / Geraldo Martins  
128 D. Nilda / José Afrânio  
S/N D. Ana / Abel alfaiate  
154 D. Geralda / Francisco Pelluzi, Quito  
172 D. Marina / Joaquim Vivas da Mata  
192 D. Nair / Geraldo Marques Resende  
222 D. Teca / José Carvalhinho  
222 D. Nitinha (1ª) / José Carvalho  
270 D. Maria / Seu Caboclo

286 D. Antônia da Alcemira / Renato Lara  
294 D. Odaléia / Aristeu Pereira  
S/N D. Míndica / Orosimbo de Castro  
S/N D. Cruzinha / Saquarema  
368 D. Maria / José Guido Dirceu Reis  
378 D. Nitinha (2ª) / Seu Chico Luiz  
382 D. Lourdes / Seu Neném do Macuco  
ESQ D. Ariete / Percival  
ESQ D. Trindade / Luiz Caputo  
463 D. Tereza / Seu Tião Coité  
475 D. Silvia / José Caputo

485 D. Naná / Vicente Mendes  
495 D. Aida / João do Zé Aleluia  
509 D. Florencia / Juca do Sabino  
521 D. Carmem / José Augusto, da Taquara  
541 D. Irene / José Alberto  
559 D. Célia / Henrique Paiva  
575 D. Lili / Dr. Alberto  
S/N Vó Geralda / Vô Grilo, João Luiz de Freitas  
S/N D. Valdemira / Alberto Luz Santiago, o Béco  
ESQ D. Nanzinha / João Reis  
22 D. Tonica Lara / Seu Procópio  
22 D. Ângela / Antônio Fernando

# CALENDÁRIO CHINÊS

# 2026—Ano do Cavalo de fogo: uma história encantada

Escrito por Patti Rodrigues

O ano do cavalo é como um convite para a gente ter coragem, movimento e parceria.

Ele faz parte de um calendário com 12 animais da cultura chinesa. E adivinha? 2014 já foi ano do cavalo, e o próximo chega no ano que vem, em 2026. Vamos entender tudo isso brincando de história?



Há muito, muito tempo, os chineses contam que o calendário especial dos animais começou lá por 2600 a.C., quando o Imperador Amarelo iniciou o primeiro ciclo com doze anos, cada um com um animal diferente. Outra versão popular diz que os animais foram chamados por Buda para uma grande reunião; os que foram atendendo ao chamado ganharam lugar como signos do zodíaco. É dessa forma que o cavalo virou um dos doze companheiros do calendário!

Moral da história: os animais que aparecem no zodíaco são importantes e respeitados. O cavalo, por exemplo, é visto como amigo do ser humano, forte e trabalhador — por isso inspira ação e avanço.

## O QUE É O “ANO DO CAVALO”, AFINAL?

No calendário lunar chinês, cada ano pertence a um dos 12 animais. Quando chega o ano do cavalo, a mensagem é: agir com coragem, andar pra frente e cuidar das parcerias (família, amigos, colegas).

É como ouvir o som de cascos dizendo: “vamos, você consegue!”. Nota importante: O calendário é lunar, então o ano não começa em 1º de janeiro. Ele costuma começar entre o final de janeiro e o meio de fevereiro. (Por isso as datas “cortam” o ano civil.)

## 2014: O ANO DO CAVALO DE MADEIRA (O QUE JÁ ACONTECEU)

- **Quando foi?** De 31/01/2014 até 18/02/2015.
- **Elemento:** Madeira (pense numa árvore crescendo).

### O que isso quer dizer de um jeito simples?

A Madeira é o tempo de plantar ideias, aprender e começar coisas novas.

Imagine um potrinho curioso explorando o mundo: passo a passo, sem medo de testar caminhos.

O próprio espírito de 2014 foi lembrado como um período bom para tirar projetos do papel, com energia para fazer acontecer, inclusive em áreas como artes, tecnologia e até grandes mudanças — porque o cavalo simboliza força e disposição.

## 2026: O PRÓXIMO ANO DO CAVALO DE FOGO (O QUE VEM AÍ)

- **Quando será?** De 17/02/2026 até 05/02/2027.
- **Elemento:** Fogo (pense numa fogueira iluminando).

## E o que o Fogo significa?

Visibilidade, energia e confiança. É hora de mostrar o que você sabe, apresentar seus projetos e brilhar — lembrando de descansar para o fogo não passar do ponto.

## MADEIRA X FOGO: O JOGO DOS ELEMENTOS

No Cavalo de Madeira (2014), a ideia principal é crescer e começar. Pense numa árvore nascendo: a gente planta ideias, estuda e experimenta caminhos novos, como um potrinho curioso dando os primeiros passos.

Já no Cavalo de Fogo (2026), a mensagem é brilhar e liderar. Imagine uma fogueira que ilumina tudo: é hora de mostrar resultados, comunicar o que você sabe e assumir o palco com confiança, como um cavalo em galope chamando atenção pelo movimento.

No ritmo, a Madeira pede um começo mais calmo e constante, enquanto o Fogo convida a acelerar com cuidado.

Nos cuidados, a Madeira lembra para não travar por insegurança; o Fogo alerta para não exagerar e se esgotar.

**Resumo mágico:** em 2014 nós plantamos; em 2026 vamos iluminar.



## O QUE O CAVALO SEMPRE SIMBOLIZA

Mesmo mudando o elemento, o ano do cavalo lembra:

- **Ação:** sair do lugar e começar.
- **Coragem:** tentar mesmo com um pouquinho de medo.
- **Direção:** correr, sim, mas sabendo para onde.
- **Parceria:** ninguém cruza longas distâncias sozinho.

## COMO USAR TUDO ISSO NA VIDA (PASSO A PASSO DO GALOPE)

- **Escolha sua estrada:** qual é seu objetivo? Ler, fazer um desenho por dia, treinar um esporte?
- **Divida em marchas:**
  - Andar (tarefas curtinhas, 10–15 min)
  - Trote (tarefas médias, 30–40 min)
  - Galope (projetos maiores, 1h+)
- **Cuide da “montaria” (você!):** durma bem, beba água, faça pausas.
- **Parceria de trilha:** combine com alguém de contar os progressos toda semana.
- **Comemore cada quilômetro:** terminou uma etapa? Êêê! Isso dá força para a próxima.

O ano do cavalo não é mágica que faz tudo por você. É uma história que dá coragem.

2014 ensinou a plantar. 2026 vai convidar a iluminar. E, no meio desse caminho, você decide o rumo: ajusta a sela, respira fundo e segue.

Quando o galope começa, a vida vira música — e cada passo conta.

## SABEDORIA

Há alguns meses fizemos um piquenique no Ribeirão da Fábrica. Ficamos lá algum tempo e logo minha mãe, já com sintomas de Mal de Alzheimer, pediu insistentemente para ir embora. Disse não estar gostando, o sol estava muito quente, não gostava daquele lugar, nem quis provar o lanche, dizendo estar muito cansada. Obedecemos. Voltamos para casa.

Algum tempo depois, na cozinha de nossa casa, durante o café-com-biscoito da tarde, conversava com João e Fatinha sobre o problema da falta de água no Brasil, noticiado nos jornais da televisão, prejudicando a natureza, danificando plantações e adoecendo animais. Minha mãe estava por perto. Parecia não nos ouvir. De repente, entrou na conversa:

- E os bois?
- Se continuarem assim, vão morrer de sede, mãe.

— E as plantações?  
— Também.  
— Como meu pai, que me ensinou desde pequena, sempre avisei vocês: não cavem o rio, não cortem as árvores. Enquanto estive lá, vigiei o rio e as árvores. Depois entreguei para vocês e vocês não me obedeceram. Outro dia visitei o rio e vi como ele estava sujo e triste! Não vi árvores! O rio, os bois e as plantações morrendo... Vai faltar água, leite, carne, comida. Meu pai dizia que para nós e nossos filhos não ia faltar nada disso, mas para nossos netos... Nós não iríamos ver a miséria deles. Ai, meu Deus, eu já estou vendo! O que será dos meus netos?

E chorou.  
Nós choramos com ela.  
Carlita Maria de Castro e Coelho

# Balizas

Por **Fabio Antônio Caputo**  
Membro do IHGST

Baliza habitualmente se refere àquelas meninas ou moças que abrem e lideram um desfile de cunho predominantemente cívico, ou cívico militar, a frente de banda ou fanfara. A função da Baliza é anunciar e apresentar o espetáculo que se inicia encarnando uma ginasta, uma bailarina ou dançarina, uma acrobata de circo, uma animadora de plateia, uma atriz, uma narradora mímica, funcionando como ponto focal captando a atenção dos espectadores.

O uniforme das balizas geralmente se enquadra em dois tipos. Pode ser ao estilo marcial, com botas, chapéu de penacho e conjunto de saiote com jaqueta em pano estruturado adornado com acessórios como dragonas, faixas e botões metalizados. O outro estilo seria do tipo bailarina, adotado pelas meninas balizas de São Tiago. Era comum o uso de sapatilhas, coque, corpete leve e enfeitado com bordados, lantejoulas seriam bem vindas para a alegria das mães, e saia levemente rodada. Para qualquer estilo, portar e manusear com destreza o onipresente bastão é uma marca registrada.

Encenando movimentos acrobáticos feitos com graça e sincronia as Balizas eram admiradas por executar com perfeição o salto estrela e a rotação do bastão entre os dedos. A foto ao lado mostra pequenas Balizas de São Tiago.

A data comemorativa da Independência em sete de setembro carrega consigo, ou carregava, o mais importante desfile cívico militar das tradições deste país. Reunia os contingentes militares, mais polícias e corpo de bombeiro, com fileiras de estudantes das redes públicas e privadas na mesma passarela. Em São Tiago não poderia ser diferente devido ao fato que a minguada força policial aqui instalada por si só não sustentaria um desfile. Caberia ao então ao Grupo Escolar Afonso Pena Júnior e a CENEC dar volume à solenidade, com total apoio das autoridades políticas, administrativas e religiosas.

As garotas da escola eram incentivadas a participar e incorporavam esse objetivo e indo mais além queriam ser vistas, artisticamente apreciadas, compartilhar o



momento com as colegas e porque não, brilhar socialmente. Dependendo da idade era somente mais uma brincadeira, uma extensão lúdica da vida escolar. Lamentavelmente não foi possível averiguar com exatidão os nomes das professoras e outras pessoas que preparavam essas meninas e moças para o desfile.

Até a redemocratização do país e o fim da ditadura era obrigatório que as escolas participassem desses desfiles. Era um obrigatório velado, sem letra escrita, mas efetivo. Regimes de força geralmente incentivam participação popular que valorize o nacionalismo. Com a não obrigatoriedade a tradição foi perdendo atrativo, o número de espectadores interessados escasseando, o caráter voluntário tornou-se predominante e a Pandemia de 2019 praticamente varreu normativamente a proposta. Por aqui há muitos e muitos anos não se realiza desfile de sete de setembro. Nas redes sociais a foto mais tardia encontrada foi de 1984.

Desconfio que isso não seja problema. Hoje as garotas de São Tiago certamente não iriam querer o brilho desse palco.



**SR. GERALDO ANTÔNIO CAPUTO (TINGA)**

★ 24/11/1964  
† 22/11/2025

Empresário do ramo de alimentos (restaurante) com grande círculo de clientes e amigos, deixando enorme lacuna na comunidade.

## NOTAS DE FALECIMENTOS



**SR. JOÃO BATISTA DE SOUZA**

★ 24/06/1929  
† 04/02/2026

Cidadão e trabalhador modelar, chefe de família laborioso e dedicado, sempre extrovertido, sociável, diplomático. Deixa uma lacuna enorme em nosso meio

# MULHERES DA FAZENDA RIO DO PEIXE – INÍCIOS DO SÉCULO XIX

## 1ª PARTE

Em inícios do século XIX, a Fazenda Rio do Peixe contaria/acompanharia influente grupo de mulheres, membros da aristocracia rural (clã Góes e Lara) época em que a vida social e econômica concentrava-se, consideravelmente, nas grandes fazendas. Além de D<sup>a</sup> Antonia Maria de Almeida Lara (1791-1861), esposa do Sargento-Mór José Jacinto Rodrigues Lara (1788-1855), ali residiram a irmã deste, Ana Joaquina de Proença e Lara (+ 1839) e a prima Ignácia da Rosa Lara e Silva (+ 1828), algo enigmático nos casos de Ana Joaquina e Ignácia da Rosa, por permanecerem solteiras, mulheres que detinham consolidada condição financeiro-patrimonial, maturidade, alto conceito social, atraído, decerto, pretendentes da elite da época. Outra significativa personalidade feminina, compondo o circuito de mulheres do clã, D<sup>a</sup> Joaquina de Proença Góes e Lara (1764-1835) que, embora não residindo na fazenda, era/foi uma de suas coproprietárias, nas primeiras décadas do século XIX.

Registre-se, por oportuno, que a primeira mulher senhorial a habitar a propriedade – então denominada Fazenda Bom Retiro do Rio do Peixe – meados do século XVIII, provavelmente tenha sido D<sup>a</sup> Ana de Almeida Lara, nascida em São Paulo por volta de 1715, casada com o Cap. Luis Cardoso Osório, filha de Maria de Almeida Lara e José de Góes Cardoso, nm de Ana de Proença e João Gago Paes, bnm de D<sup>a</sup> Branca de Almeida Lara e João Pires Rodrigues e tnm m de D<sup>a</sup> Maria de Lara e Lourenço Castanho Taques, bandeirante e ttn de Diogo Ordóñez de Lara e Madalena Fernandes de Moraes.

O casal José de Góes Cardoso e Maria de Almeida (1) naturais de São Paulo, ai casados aos 21-02-1700, estabeleceram-se em Minas Gerais antes de 02/03/1718, data em que José de Góes foi aquinhoadado com uma sesmaria em Camapuã (APM – SC.12, fls 6/6v) e ainda uma segunda sesmaria em 1724 em Lagoa Dourada (APM – SC 21, fls. 180/180v). José de Góes Cardoso era filho de Manoel de Góes (c.1638-c.1698) e Maria da Luz Cardoso (+ 1697) moradores em Mogi das Cruzes e das primeiras famílias da Capitania, sendo D<sup>a</sup> Maria da Luz descendente do célebre João Ramalho. D<sup>a</sup> Maria da Luz era filha de Antonio Lourenço (1584-1658) e de Isabel Cardoso (+ 1661) também descendentes das primeiras famílias povoadoras de São Paulo (informações do historiador Vinicius Mata Oliveira, a quem expressamos nosso especial reconhecimento).

Falecendo subitamente D<sup>a</sup> Ana de Almeida Lara, sem geração, o viúvo Cap. Luis Cardoso Osório consorciou-se, em 2<sup>as</sup> nupcias, com D<sup>a</sup> Francisca Gonçalves Branca, filha de Antonio Gonçalves dos Anjos e Maria de Ramos, prole com 8 filhos. O Cap. Luis Cardoso Osório faleceu na Fazenda Bom Retiro do Rio do Peixe em 1780, passando a propriedade a seu filho João Cardoso Osório, batizado aos 30-03-1764 na capela de São Tiago.

### NOTAS

(1)– D<sup>a</sup> Maria de Almeida era filha de João Gago Paes (1649-1728) e de Ana de Proença (+ 1712), por esta neta de João Pires Rodrigues (+ 1708) e de Branca de Almeida (+ 1714), por esta bisneta de Lourenço Castanho Taques (1609-1671) e de Maria de Lara (1615-1670), por esta trineta de Diogo de Lara (1582-1665) e de Madalena Fernandes de Moraes (1598-1665) e tetraneta de Diego Ordóñez de Lara (nascido por volta de 1550, natural de Zamora, na Espanha, tronco da família Lara no Brasil) todos moradores em São Paulo.

### Filhos do casal José de Góes Cardoso e Maria de Almeida:

- 1.1– Maria da Luz Cardoso, nascida em São Paulo por volta de 1701, c/c Es-tanislau de Toledo Piza, seu primo, filho de Simão de Toledo Piza e Francisca de Almeida Taques;
- 1.2– Ângelo de Góes Cardoso, nascido em São Paulo, por volta de 1705, falecendo solteiro, quando de uma viagem a Coimbra;
- 1.3– Ângela de Góes Almeida Cardoso nascida em São Paulo aos 26-02-1700; casou aos 12-09-1730 em Prados com o Cap. Pedro Bernardes Caminha (nossos 7<sup>as</sup> avós) natural da freguesia de Covelães, concelho de Montalegre Vila Real, onde nasceu aos 18-01-1692, filho de Gregório Bernardes Caminha e Maria Gonçalves.

### Filhos do casal Ângela de Góes e Cap. Pedro Bernardes:

- 1.3.1. Pe. José Bernardes de Góes Caminha

1.3.2. Marçal Bernardes de Góes, morador no Mato Grosso, para onde se transferiu em 1767

1.3.3. Constantino Bernardes de Góes, solteiro

1.3.4. Ana Maria Bernardes de Almeida Góes c/c Cap. Francisco Pinto Rodrigues, nossos 6<sup>as</sup> avós. A 4<sup>a</sup> filha de D<sup>a</sup> Ângela e Cap. Pedro Bernardes, batizada aos 09-02-1733 na matriz de Santo Antonio da vila de São José (Tiradentes). Casou aos 30-09-1754 na capela de Nossa Senhora do Mato Dentro com o Cap. Francisco Pinto Rodrigues, filho do Cap. João Simões Parreiras e D<sup>a</sup> Maria da Glória Rodrigues, n. de São Martinho da Pousada de Senna Villa, termo de Barcelos, arcebispado de Braga. Grandes potentados, D<sup>a</sup> Ana Maria e Cap. Francisco Rodrigues foram moradores na freguesia da Lage (Resende Costa), proprietários das Fazendas Ribeirão de Santo Antonio, Boa Vista. Faleceu D<sup>a</sup> Ana Maria Bernardes aos 18-08-1786 na Fazenda Boa Vista, freguesia da Lage; sepultada na Igreja do Carmo em São João Del-Rei (Fonte: Livro Testamentos 10, n.66, fls. 166 – IPHAN/SJDR)

O Cap. Francisco Pinto Rodrigues exerceu o cargo de Capitão da Cavalaria Auxiliar da Nobreza dos distritos da Lage e Santa Rita, por designação direta de SM o rei D. José I e ainda o de juiz ordinário da Vila de São José do Rio das Mortes.

### Filhos do casal Ana Maria Bernardes e Cap. Francisco Pinto Rodrigues:

1.3.4.1. Joaquina, batizada aos 21-07-1755 na capela de Nossa Senhora do Mato Dentro. Falecida provavelmente em criança

1.3.4.2. Bernarda, batizada aos 16-03-1757 na matriz de São José Del-Rei (Tiradentes)

1.3.4.3. Maria Joaquina de Góes e Lara, batizada aos 01-07-1758 na capela da Lage (R. Costa), falecida na Fazenda Boa Vista aos 31-08-1824. c/c com o Alf. Luiz Ribeiro da Silva

1.3.4.4. João, batizado aos 22-08-1759 na capela de Nossa Senhora do Mato Dentro

1.3.4.5. Cap. Joaquim Pinto de Góes e Lara, batizado aos 18-08-1860 e falecido aos 24-02-1835; c/c D<sup>a</sup> Ana de Almeida e Silva (nossos 5<sup>as</sup> avós) nascida em 1857 e falecida aos 14-05-1830, ela irmã do Alf. Luiz Ribeiro da Silva (família "Ribeiro da Silva"). O casal Cap. Joaquim Pinto e D<sup>a</sup> Ana de Almeida deu origem ao ramo dos "Pintos Lara"

1.3.4.6. Ana de Jesus Góes e Lara, batizada aos 01-01-1766 no Oratório de Nossa Senhora da Conceição, freguesia da Lage; c/c o Cap. Elias Antonio da Silva Resende, proprietários da Fazenda do Tanque em Entre-Rios – Casal com os filhos: José Antonio da Silva, falecido em 1870 em Bertioga; Maria da Silva Resende; Gervásio Antonio da Silva Pinto; Protásio Antonio da Silva Pinto, pai de José Joaquim Monteiro da Silva, barão de Santa Helena (1827-1897)

1.3.4.7. Joaquina de Proença Góes e Lara, batizada aos 02-07-1764 na capela da Lage (R. Costa) e falecida aos 29-12-1835; c/c o Cap. José da Silva Santos, irmão inteiro de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Foram proprietários e moradores na Fazenda do Pombal e ela coproprietária da Fazenda do Rio do Peixe (Box – D<sup>a</sup> Joaquina de Proença Góes e Lara)

1.3.4.8. Alferes João Pinto Bernardes de Góes (e Lara), batizado na capela da Lage aos 18-03-1763; c/c Ana Ferreira de Resende, natural de Prados

1.3.4.9. Pe. Francisco Pinto de Góes e Lara, batizado aos 21-06-1767 e falecido, com testamento, aos 25-09-1826 na Fazenda Retiro do Catimbau, freguesia da Lage (Resende Costa)

1.3.4.10. Bernarda de Proença Góes e Lara, batizada aos 12-06-1768 na capela da Lage, falecida aos 01-07-1841 em Ibituruna; c/c o Cap. Bartolomeu de Souza Santos, foram moradores e proprietários da Fazenda do Engenho em São Gonçalo de Ibituruna.

1.3.5. Maria Bernardes de Almeida Lara c/c o Cap. Domingos Gonçalves de Góes, natural de São José do Rio das Mortes (Tiradentes).

1.3.6. Bárbara Maria Bernardes.

1.3.7. Mariana Bernardes de Lara e Góes c/c o Alf. João Ribeiro da Silva.

1.3.8. Pedro Bernardes de Góes c/c D<sup>a</sup> Antonia Leonarda de Jesus, proprietários da Fazenda do Pântano, freguesia de Lavras. D<sup>a</sup> Ângela de Góes, juntamente com sua irmã Joana de Almeida Góes (ver item 1.4.) estabeleceram-se na região das Vertentes, dando origem aos Laras.

1.4– Joana de Almeida e Góes, nascida em São Paulo, por volta de 1712, c/c Manoel de Araújo Sampaio, natural da freguesia de Nossa Senhora da Expectação de Santa Maria de Émeres, vila de Chaves, arcebis-

pado de Braga, filho de Gonçalo de Araújo e Ana Luis. Casal (Joana de Almeida e Manoel de Araújo) daria origem aos "Rodrigues Lara" de nossa região.

**Filhos do casal Joana de Almeida e Góes e Manoel de Araújo Sampaio:**

1.4.1. Manoel de Araújo Sampaio c/c D<sup>a</sup> Micaela Maria Gonçalves de Araújo, proprietários da Fazenda da Galga (Rochedo/Micaela) na freguesia da Lage (Resende Costa)

1.4.2. Ana de Araújo c/c Dr. João Antonio da Silva Leão;

1.4.3. Maria de Proença e Góes c/c Sargento Mór José Rodrigues do Souto;

1.4.4. Joana;

1.4.5. Genoveva;

1.4.6. Francisca Felisberta de Góes e Lara, batizada na freguesia da Lage aos 18-02-1754, c/c Cap. Inácio Ribeiro da Silva.

1.5- Ana de Almeida Lara, nascida em São Paulo por volta de 1715, c/c Cap. Luis Cardoso Osório

1.6- José Jacinto Flores, nascido por volta de 1720, casou-se em 1747 com sua prima Ana do Couto de Toledo, filha de João Barbosa Lara e Joana de Toledo Couto Mesquita.

**OS LARAS EM MINAS** – As raízes dos "Laras" em Minas Gerais foram plantadas por duas filhas do casal José de Góes Cardoso e Maria de Almeida Lara: I. Joana de Almeida e Góes; II. Ângela de Góes Almeida Cardoso, estabelecidas em nossa região, dando origem aos dez ramos da família "Lara".

(Nosso reconhecimento e agradecimentos especiais ao historiador Vinicius da Mata Oliveira pelas informações/esclarecimentos e, de igual forma, à distinta historiadora Sr<sup>a</sup>. Maria José Lara Bretas Pereira – "Do Campo das Estrelas ao Campo das Vertentes – Os Laras a Caminho de São Tiago", vol. II, obra que recomendamos sobremaneira).

**CONDIÇÃO DA MULHER Á ÉPOCA** – Tempos coloniais em que a posição social era definida pelo nascimento, religião, patrimônio e posse de bens em especial terras e escravaria, determinando as relações de poder. Os senhores de terras constituíam o poder econômico. Uma sociedade patriarcal onde as mulheres tinham poucas opções, se ricas com casamentos arranjados, ou ainda, circunstancialmente, à vida monástica; se pobres, muitas vezes levadas à prostituição ou atividades servis; enfim, um sistema de rígida hierarquização, de castas, cartas marcadas, regido pelo patriarcalismo absolutista, férrea disciplina, conservadorismo religioso, a negação do prazer, do ser.

Enquanto os homens ligavam-se às atividades do mundo público – mercado, política, sociedade – as mulheres eram condicionadas ao privado – família, relações pessoais familiares – mantidas sob subordinação. As mulheres com limitações dentro da estruturação social, patriarcal, hierárquica da época. O Estado restringia igualmente a cidadania das mulheres, excluindo-as da representatividade social, direitos políticos, consubstanciando-se uma incisiva desigualdade de gênero. Pior para a mulher negra e pobre, no passado escrava e pós-abolição mantida como força de trabalho de baixo custo na produção capitalista. Longe, muito longe naqueles tempos as conquistas auferidas posteriormente pela mulher a partir do século XX<sup>(1)</sup>.

Mulheres, via de regra, à época do escravismo, sujeitas ao poder dos pais e maridos, sendo elas responsáveis, não só pelo trabalho reprodutivo, mas no caso das mulheres da aristocracia pela organização do trabalho e afazeres domésticos, orientação às atividades de escravos imediatos, estendendo-se aos cuidados com crianças da casa. As mulheres negras, em geral escravas, eram coisificadas, exploradas econômica e sexualmente, transformadas em objeto e instrumento de trabalho e ainda como servas sexuais, gerando grande número de miscigenados e daí a crescentes tensões sociais. A mulher vista, em suma, como bem econômico e qualquer inobservância dos ritos de então eram execradas, estigmatizadas, perdendo direitos hereditários e sociais.

Ao final do século XVIII, ocorreria a consolidação do capitalismo na Europa, com novas técnicas agrícolas e industriais, o comércio entre povos e continentes, a formação de duas classes – a burguesia e o proletariado – mudanças que demorariam a aportar ao Brasil. A chegada da família real (1808), a Independência do Brasil (1822) trariam alguma mobilidade para as mulheres das classes ricas ou livres, em especial graças à urbanização, comércio com outros países, a ampliação dos contactos sociais (teatro, igrejas, festas), introdução de novos costumes europeus, fatores que se ampliariam ao longo do século com os primórdios da industrialização, a consolidação da família, a ruína do sistema escravista, presença de imigrantes europeus, o desenvolvimento



Fazenda do Rio do Peixe – FOTO 1889

da cafeicultura, processos de crescente urbanização. Criariam, assim, as mulheres estratégias de afirmação, atuando na gestão doméstica e mesmo negocial, na assimilação de papéis, mormente com a chegada da família real e mudanças introduzidas na vida social, econômica, política e cultural da colônia.

**A REGIÃO Á ÉPOCA** – A região detinha, então, forte apego ao sistema escravista, à economia agrária, a vocação agropecuária. A riqueza concentrada, sobremaneira, na zona rural, alicerçada, sobretudo, no latifúndio e escravidão. População, fixada em grandes e médias propriedades, se expandiria a partir dos meados



A vida aristocrática no século XIX. Criado por IA



do século XIX, por força das numerosas proles familiares, o que geraria a fragmentação da riqueza e empobrecimento de parte do clã aristocrático rural, tema tratado por memorialistas e historiadores regionais, dentre eles Antonio de Lara Resende, João Carlos Resende. Muitos descendentes da elite rural, por fatores vários, não conseguiram manter o padrão de riqueza de seus antepassados (a título de exemplo, a riqueza de D<sup>a</sup> Ana de Almeida e Silva (+1830) mãe de D<sup>a</sup> Antonia Maria de Almeida Lara, era equiparada aos maiores montantes da Província do Rio de Janeiro, vivendo muitos destes descendentes em acentuada penúria).

A séde ou capela era frequentada pelos moradores e fazendeiros como local de culto religioso (frequência a missas, batizados, enlances, festividades como Semana Santa, Natal, dias de santos em particular o do padroeiro etc.), de interação social (festas familiares). Os residentes urbanos eram geralmente vendedores, taberneiros, artesãos, migrantes do meio rural (escravos alforriados, agregados ou posseiros expulsos das fazendas) ou aventureiros que aí se fixavam, pessoas, pobres em sua essência, tidas, por vezes, como socialmente desqualificadas ou párias.

Registre-se que à época, fins do século XVIII estendendo-se ao início do século XIX, a região do Rio das Mortes viveria os duros tempos da repressão colonial aos participantes da Inconfidência Mineira e seus familiares – perseguições, abusos de toda sorte – tempos, outrossim, já bafejados pelo racionalismo e iluminismo, idéias e ideais de liberdade chegados, sorratamente, às vilas, fazendas, pelos vãos e desvãos dos caminhos reais. Instantes áureos, convulsos, revolucionários que contariam com a participação de mulheres, afeitas aos encontros e conciliábulos familiares, nos interstícios dos saraus, nos sussurros temerosos, no sopro das brisas montanhesas, tamanho o descontentamento popular ante a Coroa, quanto as agitadoras mensagens do Abade Raynal e outros pensadores europeus a inflamarem a Capitania.

Com o passar do tempo, tornou-se costume ou mesmo statu manter uma casa no arraial, passando os fazendeiros a construí-las ou locá-las. Por outro lado, muitos proprietários rurais detinham patentes militares, na condição de membros da Guarda Nacional (implantada à época da Regência do Império) ou de milícias, o que lhes concedia uma conceituação social indubitável e poder político ainda maiores.

**PROPRIETÁRIOS – FAZENDA (BOM RETIRO) DO RIO DO PEIXE** – Alguns historiadores arguem a possibilidade da Fazenda do Rio do Peixe ter sido propriedade do Cap. Francisco Pinto Rodrigues, grande potentado rural, falecido em 1792, aquinhoado com sesmarias nas margens da Picada (foi ele construtor e proprietário da Fazenda Ribeirão de Santo Antonio e personalidade muito próxima/vinculada às autoridades coloniais) terras que, hipoteticamente, se estenderiam/incluiriam áreas desde o Quarteirão do Mosquito (Cel. Xavier Chaves) até o Rio do Peixe. No entanto, no inventário de sua esposa, D<sup>a</sup> Ana Maria Bernardes (+ 1786) não constam referências a propriedades ou ativos na Fazenda do Rio do Peixe. Outra menção oral corrente de que a fazenda fora copropriedade de Tomás Mendes, igualmente não encontra maior (ou o menor) respaldo histórico-documental, sendo, aparentemente ou tão somente, ilações. Tomás Mendes (+ 1823), proprietário da Fazenda do Engenho (Ritápolis) era homem de largas relações familiares e sociais, de intensos negócios e empreendimentos, sendo sua esposa Juliana Maria de Almeida, parenta de D<sup>a</sup> Antonia Maria de Almeida Lara (família Ribeiro da Silva).

Como já observado, o 1<sup>o</sup> proprietário e morador da Fazenda Bom Retiro do Rio do Peixe, nome original da propriedade, foi, provavelmente, o Cap. Luis Cardoso Osório, natural de Santiago de Sande, Conselho de Unhão, Arcebispo de Braga, filho de Manoel Gonçalves Dias e Feliciano Cardoso de Andrade, casado em 1<sup>as</sup> nupcias com D<sup>a</sup> Ana de Almeida Lara, filha do Cap. José de Góes Cardoso e D<sup>a</sup> Maria de Almeida Lara. D<sup>a</sup> Ana de Almeida, que viria a falecer, nos primeiros anos de casamento, teria sido a 1<sup>a</sup> mulher branca a habitar a fazenda. Sem geração. (Fonte: Maria José Lara de Bretas Pereira – “Do Campo das Estrelas ao Campo das Vertentes” vol. 2 – “Os Laras a Caminho de São Tiago”, 2023, p. 199).

A carta de sesmaria da Fazenda Bom Retiro do Rio do Peixe data de 29-07-1745, mediante despacho do Governador Gomes Freire de Andrade (transcrita na revista do APM, ano 1911, vol. 16, pp. 161/233) confrontando com Pascoal da Afonseca, Manoel João Freire, Antonio Ribeiro da Silva, Manoel de Araújo Sampaio e Pe. Bernardo José de Faria.

O Cap. Luis Cardoso Osório (+ 1780) casar-se-ia, por volta de



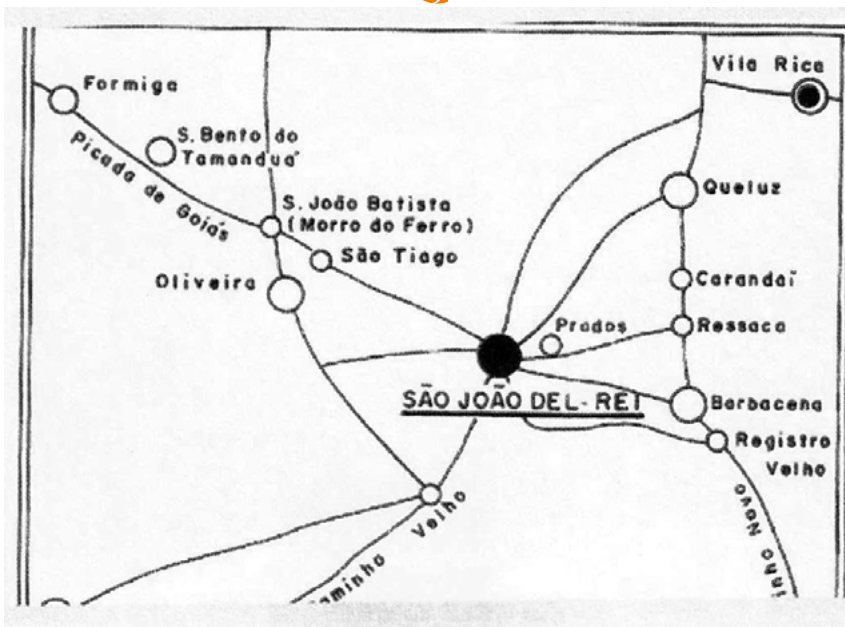
A vida aristocrática no século XIX. Criado por IA

1750, em 2<sup>as</sup> nupcias com D<sup>a</sup> Francisca Gonçalves Branca, filha de Antonio Gonçalves dos Anjos (+ 1788) e D<sup>a</sup> Maria de Ramos (+ 1797). Casal com 8 filhos (2) D<sup>a</sup> Francisca Gonçalves Branca foi, ao que consta, a 2<sup>a</sup> mulher senhoria a habitar/cogerir a propriedade, que contava com largo número de escravos (49 à época do inventário do Cap. Luis Cardoso Osório, em 1780) (3) A oralidade registra que a Fazenda chegou a ter, por tempos, cerca de setenta ou mais cativos!

Era, ademais, a propriedade passagem de tropas, boiadas, viajantes de toda sorte, atravessada por caminho(s) subsidiário(s) da Estrada Real. Um, o chamado “Caminho de Cima” ou Estrada Boiadeira ou ainda Salineira, variante do Caminho Velho (4); e ainda “Caminho de Baixo”, margeando o Rio das Mortes e Rio do Peixe, interligando a Corte/sul da Província à Vila Rica (havia uma bifurcação de caminhos ou atalhos próximo a São Tiago, onde o viajante optava por seguir rumo a Vila Rica ou a Picada de Goiás), itinerário percorrido pelo viajante Pohl em 1818 (5) Mercadorias, negócios, novidades perpassavam a todo momento, transportadas por tropeiros, mascates, aventureiros, sediciosos demandando os sertões e o litoral, sendo que a Fazenda Rio do Peixe, como tantas outras de então, dispunha de ranchos, pastos, serviços de ferraria e afins para atendimento às massas de viajantes por ali em incessante trânsito.

Em inícios do século XIX, com a aquisição da fazenda Rio do Peixe pelo clã (Rodrigues) Góes e Lara, observa-se a presença/residência, como já mencionado, de relevantes mulheres da família, dentre elas D<sup>a</sup> Antonia Maria de Almeida Lara (1791-1861), D<sup>a</sup> Ignacia da Rosa Lara e Silva (+ 1828) e D<sup>a</sup> Ana Joaquina de Proença e Lara (1780-1839) e especialmente D<sup>a</sup> Joaquina de Proença Góes e Lara (1764-1835).

Há a eventualidade/indícios de outras mulheres do clã Góes e Lara terem residido na Fazenda, reconhecidamente um dos centros sociais da época, inícios/meados do século XIX, algo a ser melhor estudado por pesquisadores. Autores há que apontam que ante a brutal repressão promovida pela Coroa, à época da Inconfidência, em nossa região, berço do movimento, com reflexos/impactos a perdurarem por tempos, houve um amalgamento solidário entre as famílias envolvidas, no caso os Góes Lara (D<sup>a</sup> Joaquina de Proença era casada com o Cap. José da Silva Xavier, irmão de Tiradentes), per-



mitindo a ocultação e remanejamento de bens – escravos, gado, ouro etc – e, dessa forma, sua subtração às devassas da Fazenda Real. O recesso/isolamento era, igualmente, uma forma de distanciamento aos graves acontecimentos políticos, mexericos e vilanias tão comuns e de se velar/se acautelar ante o poder discricionário, feroz da Coroa. Vários membros do clã Góes e Lara de nosso meio seriam/foram vítimas de inquirições, detenções e outras arbitrariedades promovidas pelos esbirros coloniais à época como suspeitos e/ou membros de participação no movimento conjurado. Autores como Antonio Lara Resende em suas “Memórias” menciona, por vezes, a Fazenda Rio do Peixe, seja por ter sido propriedade de seus antepassados (p. 288), por sua atenção culinária, “o pudim do Rio do Peixe” (p. 163), relatos de rodeios, folguedos e lazer entre jovens da elite rural, à época de seu avô Joaquim Pinto Rodrigues por volta de 1872 (pp. 90/93).

Outra autora, Walpiria Oliveira Gomes Bonfadini, neto do Cel. Antonio Carlos de Oliveira (era ela filha de Maria José de Oliveira c/c Aristides Batista Gomes) faz menção em sua obra “Lembranças que o tempo não apagou” à sua infância na Fazenda, onde nasceu aos 25/06/1922, incluindo, dentre os aspectos alegres, vivências infantis, festas, bailes, férias. A sra. Walpiria, falecida aos 09/07/2021, foi autora ainda de outras obras “A menininha feliz”, “Grão de areia”, “Outros natais”.

Ainda: a escritora Eneida Gomes Flor, falecida em 2006, deixou uma biografia de seu avô Cel. Antonio Carlos de Oliveira, proprietário da fazenda entre 1789 e 1910, sob o título “Vidas após vidas”, aguardando por publicação.

#### NOTAS

(1)– Na própria historiografia sobre as Minas Gerais, há uma espécie de “silenciamento”, olvido quanto à mulher, o que vem sendo “quebrado” com a ascensão do movimento feminista e estudos/pesquisas mais recentes ligados à história social, micro-história, crenças, representações, mitos e valores femininos. “Pensar sobre o papel social feminino no período colonial, em especial na região de Minas Gerais, remete-nos a uma imagem de que estavam vinculados ao trabalho essencialmente doméstico, não desempenhando nenhuma outra atividade” e sob coerção da Igreja, Estado e extrema vigilância senhorial (Laizieline Aragão de Oliveira – “Nos domínios de D<sup>a</sup> Joaquina de Pompeu: negócios, família e elites locais – 1764-1824” Mariana, UFOP, 2012, pp. 15/16).

Este clichê estigmatizante seria reavaliado/ressignificado com pesquisas de autores como Mary Del Priore, Leila Mezan Algranti, André Figueiredo, e entre nós, a sr<sup>a</sup> Cida Chaves, em especial com seu recente, envolvente e instigante trabalho “Mulheres Insurgentes na Inconfidência Mineira”, Ed. abordando a impar figura/atuação feminina na trama sediciosa. A mulher que surge com nova face, com atuação econômica no comércio ambulante (geralmente por negras ou brancas pobres) ou em vendas de beira-estrada. Quanto às mulheres brancas, ligadas às elites coloniais e ainda que sob o guante masculino, surgem particularidades envolvendo o gerenciamento de negócios (viúvas ou mesmo solteiras em especial), com posturas firmes, autônomas e em ambiente de árdua consolidação pessoal-social. Uma quebra de paradigmas, como o caso de D<sup>a</sup> Maria Teixeira de Carvalho (+ 1822), casada duas vezes, proprietária da Fazenda do Capão Seco, em Lagoa Dourada, que separou-se do 2<sup>o</sup> marido e reconheceu um filho tido durante o in-

terstício da viuvez.

Eram as mulheres alijadas de ocupar cargos administrativos, eclesiásticos que lhes garantissem/indicassem reconhecimento social. “A repressão de corpos e mentes sedimentados” e ainda a “medicalização da loucura” no dizer da pesquisadora Magali Engel, onde mulheres viúvas ou recalcitrantes às normas vigentes eram rotuladas como histéricas ou loucas e, dessa forma, inaptas, segundo o Estado, para a administração patrimonial familiar (“História das mulheres no Brasil” (Colaboradora) SP, Contexto, 2008, p. 322).

(2)– Filhos do casal Cap. Luis Cardoso Osório e D<sup>a</sup> Francisca Gonçalves Branca:

1.1. Luiz Cardoso Osório (filho), nascido por volta de 1751, c/c Joaquina Ferreira da Conceição

1.2. Manoel Cardoso Osório, batizado aos 20-08-1753 na capela da Lage (Resende Costa); c/c Arcângela Xavier Furquim. Moradores em Passos

1.3. Felicidade Cardoso de Andrade, batizada aos 05-07-1758; c/c o Cap. Manoel Ferreira Carneiro aos 18-05-1882 na capela de São Tiago

1.4. João, batizado aos 05-05-1760 na capela da Lage; falecido em criança (antes de 1764)

1.5. João Cardoso Osório, batizado aos 30-03-1764 na capela de São Tiago; c/c Maria de Jesus aos 27-08-1782 em Prados. Herdeiro da Fazenda Rio do Peixe, após a morte do pai (1780) pelo que se deduz da carta de sesmaria dos Padres Miguel e Barnabé Ribeiro da Silva, data de 02-10-1793 em que constam João Cardoso Osório e o Rio do Peixe como confrontantes (APM notação SG Cx 25, doc. 22)

Há registros de João Cardoso Osório em nosso meio, inícios do século XIX – casamento de sua filha Maria Francisca da Conceição aos 09-11-1803, na capela de São Tiago, com o Alf. Antonio Joaquim de Andrade, natural de Madre de Deus de Minas.

1.6. Antonio, batizado aos 08-12-1766 na capela da Lage

1.7. Teresa Gonçalves Cardoso c/c Domingos Gomes de Macedo, proprietários da Fazenda da Paciência

1.8. Pedro Cardoso Osório, batizado aos 20-03-1769 na capela de São Tiago.

(3)– Em seu requerimento de sesmaria (1745) o Cap. Luis Cardoso Osório afirma ser morador no Rio do Peixe, freguesia da vila de São José, Comarca do Rio das Mortes “senhor e possuidor de umas terras de matos virgens e capoeiras na mesma paragem”.

Quando de seu inventário (1780), a Fazenda Bom Retiro do Rio do Peixe consta com “casas de vivenda, paiol, moinho tudo coberto de telhas, capoeiras e seus logradouros de campo, que, de uma banda, confronta com Domingos Gonçalves Lopes e de outra com o patrimônio de Pe. Miguel e da outra com terras dos herdeiros de Manoel João Freire, no valor de 1:400\$000 (Inventário de Luis Cardoso Osório – 1780 – Cx R.60-421 – IPHAN/SJDR)

Sobre o Cap. Luis Cardoso Osório e Fazenda Bom Retiro do Rio do Peixe ver matéria em nosso boletim nº CL – março/2020.

(4)– Com a Estrada Real passando à sua frente, de lá presenciava, o ano inteiro, o trânsito de tropeiros, boiadeiros, comboios e outros indo e vindo (...) A propriedade (Fazenda Rio do Peixe) cortada pela estrada que ligava o Rio de Janeiro a Minas e Goiás, conhecida como Estrada Real. As imediações da sede eram muito transitadas o ano inteiro por boiadeiros, comboios, carros de bois, tropeiros e viajantes em geral. Além do fluxo interestadual, havia intensa movimentação local de pessoas e cargas da vizinhança em demanda especialmente de São João Del-Rei, que, além de ser o maior centro urbano da região, funcionava como importante entreposto centralizador do comércio de produtos agrícolas e de artigos oriundos do Rio de Janeiro e até da Europa” (Helena Teixeira Martins – “Sedes de fazendas mineiras – Campos das Vertentes – séculos XVIII e XIX” Belo Horizonte, BDMG Cultural, tópico Fazenda Rio do Peixe, pp. 188/193).

“Esta (a estrada que passava pela Fazenda Rio do Peixe) era uma outra denominação da Picada (de Goiás) que, em outros trechos recebia também o nome de Salineira, por nela os tropeiros transportarem o sal, produto raro e de alto valor naquele período (...) Naquele ponto, o caminho não fosse ainda a Picada propriamente dita, mas a estrada que de São João Del-Rei a Vila Rica teria ali um de seus ramos, talvez o Caminho de Cima, variante esquerda do Caminho Velho, descrito por Eduardo Canabrava Barreiros ou que os dois caminhos seriam coincidentes nessa etapa” (Ariosto da Silveira – “Ao longo da trilha – lembranças da infância de Minas” Belo Horizonte, Ed. Autor, 2004, pp. 93/94).

(5)– Sobre a passagem do cientista tcheco-austriaco Johann Emanuel Pohl por nossa região, ver matéria em nosso boletim nº CXXIX – junho/2018.

# CARNAVAL

Por Maria Elena Caputo  
IHGST

O Carnaval é uma das principais festas populares do Brasil e do mundo. É celebrado anualmente entre os meses de fevereiro e março, antecedendo a Quaresma. Possui origem pagã, simbolizando a celebração da colheita e da chegada da primavera, e também origem cristã, representando a despedida da carne antes do período de jejum.

No Brasil, o Carnaval foi introduzido pelos portugueses no início da colonização, sendo uma herança do entrudo português e das mascaradas italianas. Somente a partir do século XX foram incorporados de forma mais intensa elementos da cultura africana, que enriqueceram ritmos, danças e expressões artísticas.

A data do Carnaval é definida com base na Páscoa, ocorrendo cerca de 47 dias antes dela. A festa é comemorada em diversos países, mas no Brasil assume características próprias em cada região:

Rio de Janeiro: desfiles das escolas de samba;

Salvador: trios elétricos e ritmos afro-brasileiros;

Recife e Olinda: frevo, maracatu e bonecos gigantes;

Minas Gerais: blocos de rua e clubes carnavalescos.

O primeiro baile carnavalesco do Brasil ocorreu em 1840 e, em 1846, surgiu no Rio de Janeiro o grupo "Zé Pereira". A partir daí, formaram-se blocos e cordões carnavalescos em diversas regiões do país.

Atualmente, o Carnaval envolve uma ampla cadeia produtiva, incluindo bebidas, figurinos, artistas, artesãos, técnicos, assistentes, dançarinos e muitos outros profissionais. Tornou-se um fenômeno mundial, no qual os participantes são avaliados e julgados em diferentes quesitos, concorrendo a grandes premiações, sempre com muita festa, alegria e samba nos pés.

Além de sua importância cultural, o Carnaval contribui para o desenvolvimento econômico e social, promovendo momen-



tos de conexão entre as pessoas, sensação de pertencimento, acolhimento e fortalecimento dos laços sociais. A alegria, a descontração e o clima festivo ajudam a aliviar as tensões do dia a dia, favorecendo o bem-estar emocional.

Na educação, o Carnaval estimula a criatividade das crianças por meio da confecção de máscaras, fantasias, adereços, teatros e apresentações culturais. Personagens simbólicos, como o Rei Momo — inspirado em uma figura da mitologia grega —, fazem parte dessa tradição e são bastante valorizados nas cidades que celebram essa festa com grande pompa.

Em São Tiago, o Carnaval é comemorado com alegria, simplicidade e segurança. Durante o período, há grande movimentação de turistas e deslocamentos para sítios, cachoeiras e cidades vizinhas. A cidade se anima com diversos blocos, promovendo e reunindo muito axé, música, diversão e encontros entre amigos, como o Bloco da Amizade, Leva Eu, Jé-Jé Elétrico, Urso e, mais recentemente, o Bloco das Minas.

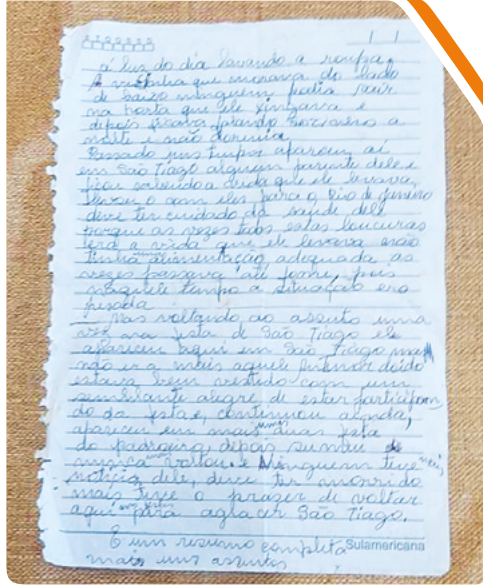
O Carnaval, além de festa, é expressão cultural, identidade coletiva e celebração da vida, mantendo viva a tradição popular e fortalecendo o espírito comunitário.



# Antenor Doido

Por Fabio Antônio Caputo  
Membro do IHGST

Há mais ou menos 60/70 anos atrás, nas proximidades da esquina entre Rua Sampaio e Rua Governador Valadares nos dias de hoje, quase em frente à atual residência do Farias (fornecedor de boas informações), vivia um senhor que morava sozinho em uma casinha, um solitário sem família próxima e sem convívio com outras pessoas, o Seu Antenor. Um pouco nervoso, apresentava um humor instável, podendo agora ser meigo com as crianças e logo após ficar furioso por estarem brincando em frente a sua casa. Dizem que não gostava de conversar com mulher. Certamente tinha seus problemas, seus fantasmas, suas dificuldades e sua mente atribulada e assombrada. Falava sozinho, sofria com dificuldades para dormir e esbravejava com quem espreitasse a sua casa cercada simplesmente com arame farpado. A necessidade de adjetivação e rotulagem típica das pessoas, mesmo sem explícita intenção de maldade, sempre surge: apelidaram-no de Antenor Doido.



Seus problemas não o impediam de ser uma pessoa gentil, muito religiosa e trabalhadora. Comparecia à missa todo domingo. A água para seu consumo, limpeza e para cozinhar ele buscava no Chafariz. Para conseguir dinheiro fazia pequenos serviços como rachar lenha e capinar horta para os outros. Como agricultor era meeiro.

É certo que em algum nível ele vivia em condição de pobreza. Ao lavar suas poucas e gastas roupas e estendê-las nas cercas de divisa, ficava a mercê da curiosidade alheia bisbilhotando parte de sua intimidade e definitivamente não gostava.

Um dia a dura realidade cobrou seu preço na difícil batalha de mo-

rar sozinho. Parentes de Santo Antônio do Amparo aqui apareceram, avaliaram a situação e levaram-no para ser mais bem cuidado, melhor alimentado e ter a saúde recuperada. Depois, uma vez apareceu por aqui na Festa de São Tiago. Não era mais o mesmo, aquele Antenor Doido. Estava bem vestido, com o semblante mais feliz por participar do evento. Mais tarde esteve na cidade por uma ou duas vezes para prestigiar as comemorações do Padroeiro, e talvez (quem sabe?), para agradecer com um prazer devoto a São Tiago pela vida possível que viveu. Então, sumiu, nunca mais voltou e ninguém teve mais notícias dele.

Provavelmente já faleceu e de forma inevitável foi esquecido em São Tiago, com certeza que sem registro fotográfico. Ele era um forasteiro e não um conterrâneo com raízes familiares nestas terras. Antenor não tinha relevância social protocolar, não se distinguindo em nada que a sociedade valorize. O esquecimento que se alimenta dessas características continuaria a agir em silêncio até que uma santiaguense cometesse uma audácia: ela se lembrou! Lembrou-se dele, de suas coisas e sua história! O Sr. Antenor, onde quer que esteja, tem o direito de estar satisfeito, pois ganhou uns tentos e uns créditos de tempo no livro de registro da vida que mora nas memórias.

OBS.: Este texto é simplesmente a revisão e organização, com pequenas correções, acréscimos, adição de contexto e extrapolações, de um manuscrito elaborado com generosidade por Adélia do Carmo Silva, moradora de São Tiago, que merece um grande e forte agradecimento por sua iniciativa memorialística e testemunho singelo.

OBS.: Este texto é simplesmente a revisão e organização, com pequenas correções, acréscimos, adição de contexto e extrapolações, de um manuscrito elaborado com generosidade por Adélia do Carmo Silva, moradora de São Tiago, que merece um grande e forte agradecimento por sua iniciativa memorialística e testemunho singelo.

## O fascinante "Fevereiro Perfeito": um fenômeno que desafia o tempo

O mês de fevereiro, que iniciou sua jornada hoje, domingo, não é apenas mais uma página no calendário de 2026. Estamos diante de uma raridade matemática e astronômica que transformou este período no que estudiosos e entusiastas estão chamando de "Fevereiro Perfeito".

A principal curiosidade deste mês reside em sua organização geométrica e exata, a simetria perfeita, fevereiro apresenta uma harmonia rara, é a regra dos 4. O mês possui exatamente quatro domingos, quatro segundas, quatro terças, quatro quartas, quatro quintas, quatro sextas e quatro sábados.

Ele começa rigorosamente em um domingo e encerra sua trajetória em um sábado, preenchendo quatro semanas completas sem deixar "sobras" para os meses vizinhos.

Se você acha que verá isso com frequência, prepare-se para a surpresa: essa coincidência específica de um fevereiro de 28 dias começando exatamente em um domingo é um evento de extrema raridade. De acordo com os cálculos calendários, esse fenômeno só voltará a se repetir no ano de 2849. Estamos vivenciando algo que levará 823 anos para acontecer novamente – uma verdadeira relíquia temporal para a nossa geração.

Para tornar tudo ainda mais místico, fevereiro não pediu licença para entrar. Já na sua primeira noite, o mês se apresenta com uma Lua Cheia exuberante, iluminando o céu logo ao anoitecer. É o convite perfeito para parar e contemplar o horizonte, menos – infelizmente – para os lavrenses, pois as nuvens não estão permitindo ver esse espetáculo natural.

FEVEREIRO						
DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28

A simetria que se repetirá somente em 2849, daqui 823 anos

Além da perfeição matemática, o "Fevereiro Perfeito" de 2026 traz o equilíbrio ideal entre descanso e festa. O mês abriga o Carnaval, com o tradicional feriado de terça-feira inserido exatamente no coração desse ciclo simétrico, tornando-o um dos meses mais aguardados e equilibrados dos últimos tempos.

[www.jornaldelavras.com.br](http://www.jornaldelavras.com.br)  
Colaboração: Sr. Hélder Resende

# JAVALI – praga que veio do Sul do Continente Americano



Bando de javalis numa pastagem nativa

O javali, hoje uma das piores pragas invasoras do País, um pesadelo para nossos proprietários rurais, chegou até nós a partir do final do século passado. Criado(s) comercialmente em cativeiro na Argentina e Uruguai, acabaram fugindo ou soltos propositalmente, se dispersando, estabelecendo populações livres na natureza, onde acabaram cruzando com porcos domésticos soltos – a exemplo dos porcos monteiros na região do Pantanal – resultando em híbridos ainda mais férteis, resilientes, destrutivos, ferozes, chamados frequentemente de “javaporcos”.

Tornar-se-iam uma praga devastadora causando imensos prejuízos agrícolas, danos ambientais de monta, com alta capacidade reprodutiva e sem predadores naturais, além de transmissor potencial de doenças aos rebanhos comerciais e até humanos.

## O JAVALI NO BRASIL: PASSADO, PRESENTE E FUTURO DE UMA “PRAGA INCOMPREENHIDA”

“Em 2025, o IBAMA prepara uma nova norma para o controle do javali no Brasil. Na prática, essas determinações podem contribuir para a multiplicação da praga no país” escreve Alvaro Barcellos Mouawad, diretor da Sociedade Brasileira para a Conservação da Fauna e membro de várias organizações de conservação, acumulando mais de 40 anos de experiência em Gestão de Fauna, em análise publicada por ((o))jeco, 20-02-2025.

Eis a análise:

Os javalis, cujo nome científico é *Sus scrofa*, são animais silvestres originários da Europa, Ásia e norte da África, onde vivem naturalmente. Nesses locais, há milhares de anos, os homens começaram a criar javalis em cativeiro, até que conseguiram desenvolver as raças de porcos-domésticos que conhecemos hoje (nome científico: *Sus domesticus*).

Ao longo da história, tanto javalis selvagens quanto porcos-domésticos foram levados pelo homem para várias partes do mundo para servirem de alimento. Uma vez livres, esses animais se reproduziram de forma descontrolada, causando impactos e se tornando pragas nestes locais. Esse é o caso do Brasil, onde existem tanto populações de javalis que fugiram de criadores autorizados pelo Ibama, quanto de porcos-domésticos asselvajados (porcos que se tornaram ferais) e, também, de cruzamentos de porcos-domésticos com javalis, os chamados “javaporcos”.

Essas três variedades de porcos (porcos ferais, javalis e javaporcos) são suínos propriamente ditos (família *Suidae*) e não se confundem e nem são capazes de se reproduzir com os “porcos” nativos do Brasil, os nossos caititus (nome científico: *Dicotyles tajacu*) e queixadas (nome científico: *Tayassu pecari*), que, aliás, não são porcos propriamente ditos e sim Taiacuídeos (família *Tayassuidae*) silvestres brasileiros.

O javali criou tantas dificuldades no Brasil, causou tantos danos para o meio ambiente e tantos prejuízos para a economia nacional que o Ibama admitiu que estava diante de uma catástrofe ambiental de proporção nacional, que exigia uma resposta firme.

Desse modo nasceu a Instrução Normativa (IN) Ibama nº 3, de 31 de janeiro de 2013, que declarou os javalis como sendo “animais exóticos invasores e nocivos às espécies silvestres nativas, aos seres humanos, ao meio ambiente, à agricultura, à pecuária e à saúde pública”.

Quando o Ibama declarou o javali como sendo um animal nocivo, aconteceu algo muito importante: acabaram as dúvidas sobre a possibilidade de abatê-lo, pois o Art. 37 da Lei 9605/1998 prevê que “Não é crime o abate de animal, quando realizado: (...) IV – por ser nocivo o animal, desde que assim caracterizado pelo órgão competente”.

Essa declaração de nocividade permitiu que o javali pudesse

ser perseguido em todo o território nacional. Isso favoreceu seu controle por particulares, organizações ambientais, órgãos de governo, pesquisadores e pequenos e grandes agricultores, reduzindo os danos causados por essa espécie invasora e colaborando para a condução de pesquisas sobre o estado de saúde dos javalis vivendo em liberdade, algo indispensável para as políticas nacionais de produção e exportação de carne bovina e suína.

Após as eleições presidenciais de 2022, houve uma mudança radical nas políticas de controle de armas no Brasil. O governo eleito pela maioria decidiu que as políticas do governo anterior deveriam ser revistas e, entre as medidas adotadas, foi decidido limitar o acesso da população às armas de fogo.

Seguindo essas novas políticas de governo, o Ibama também pretende limitar os métodos de controle, a participação de civis na atividade e o uso de armas de fogo para o controle do javali e deverá propor, para o ano de 2025, a publicação de novas regras para o abate desse animal, que passará a ser feito prioritariamente através de armadilhas.

Está, porém, claro que não é só a população brasileira que parece desconhecer quem é o javali e os prejuízos que ele pode causar ao meio ambiente e economia nacional. As previsões da publicação de novas regras que deverão ser propostas pelo Ibama transmitem a impressão de que os responsáveis pela gestão da fauna no Brasil também não compreendem bem a dimensão dos problemas causados pela presença dos javalis. Aliás outra espécie exótica invasora, o Cervo Axis (*Axis axis*) também está gradativamente ocupando espaço nos nossos ecossistemas, sem que nenhuma atitude legal referente a seu controle seja realizada.

*Os prejuízos causados pelo javali nos locais invadidos são tão grandes que a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, na sigla em inglês) classifica o javali entre as 100 piores espécies invasoras de todo o planeta, ao lado de outras pragas conhecidas, como o rato e os mosquitos causadores da dengue e da malária.*

É fato de que não temos dificuldade para compreender a gravidade dos problemas causados pelos ratos e mosquitos. Esses animais são responsáveis por grandes prejuízos ambientais e econômicos, além de doenças devastadoras. Sabemos que é preciso controlá-los a todo custo, com armadilhas, venenos, soltura de animais geneticamente modificados e o que mais estiver ao nosso alcance.

E se já conseguimos compreender isso em relação a outras pragas, o que ainda falta para que consigamos compreender o mesmo em relação ao javali? Aparentemente, enfrentamos um problema ideológico: uns poucos gestores parecem ter decidido que muitas pessoas, o meio ambiente e a população do meio rural devem sofrer, apenas para poupar os javalis e deixá-los viver em paz no Brasil.

Bem, podemos ignorar a realidade, mas não é possível ignorar as consequências de ignorar a realidade. E controlar o javali a todo o custo é uma realidade urgente que não pode ser ignorada. Seja com o apoio da população civil com armas de fogo, seja com armadilhas, enfim de todas as formas onde não ocorram atos de crueldade a estes animais. Permitir que posturas pessoais e ideológicas, restrinjam este controle, baseadas em crenças particulares, pode ter um preço alto, tanto em vidas humanas, para a economia nacional, quanto para o meio ambiente.



## No Reino da Imaginação

Uma vez um cavalo de madeira chamado Trotinhas, que vivia entre bonecas, livros e blocos coloridos no quarto da pequena Mariana. Tinha a crina pintada de azul e o corpo coberto de desenhos mágicos — flores, estrelas e sóis que pareciam brilhar mesmo às escuras.

Durante o dia, Trotinhas era apenas um brinquedo que balançava suavemente.

Mas, à noite, quando o relógio batia as doze badaladas e tudo ficava em silêncio, algo de extraordinário acontecia: Trotinhas piscava os olhos, esticava as patas e... ganhava vida!

Nessa altura, os brinquedos acordavam também: os ursinhos de peluche começavam uma dança animada, as bolinhas de madeira faziam malabarismos, e até as borboletas pintadas nas paredes ganhavam asas e esvoaçavam pelo ar.

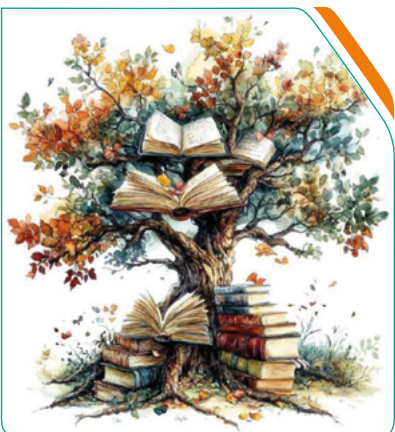
Era o sinal de que a porta secreta para o **Reino da Imaginação** estava prestes a abrir-se.

Atrás da cortina do quarto, uma luz suave tremeluzia. Quando Trotinhas se aproximava, o tecido transformava-se num portal cintilante, e do outro lado começava o caminho para o Reino.

O chão formava-se à medida que avançavam, desenhado por lápis de cor gigantes que deixavam um rasto perfumado a framboesa.

No **Reino da Imaginação**, as árvores eram feitas de livros abertos, com folhas que sussurravam histórias ao vento, e as flores cantavam em coro quando alguém passava por perto.

No centro do Reino, erguia-se o **Castelo dos Pensamentos Felizes**, construído com peças de puzzle que se encaixavam sozinhas. Lá dentro, havia música a sair das paredes, risos a ecoar pelos corredores e relógios que contavam histórias em vez de



marcar as horas.

Todas as noites, Trotinhas e os seus amigos exploravam esse mundo maravilhoso.

Corriam pelos campos de balões que dançavam ao vento, e gostavam de visitar a **Vila dos Brinquedos Reformados**, onde viviam bonecos antigos, que transformavam peças velhas em brinquedos novos: faziam aviões com colheres, castelos com caixas de papelão e bonecas com restos de tecido colorido.

Era ali que nasciam as ideias mais engenhosas e originais.

Mas, numa dessas noites, a boneca Lili ficou presa debaixo da cama e não conseguiu atravessar o portal.

Quando Trotinhas percebeu a sua ausência, parou no meio do Reino e, decidido, voltou a galope, atravessou o portal de luz e resgatou a amiga.

Os habitantes do Reino receberam-nos com uma chuva de confettis dourados e música feita de gargalhadas.

Quando o sol começou a nascer, Trotinhas e os amigos regressaram ao quarto, voltando a ser simples brinquedos outra vez.

Mas, se olhares com atenção, vais reparar num reflexo de estrelas nos olhos do cavalinho... um segredo de quem já galopou por mundos de fantasia.

E todas as noites, enquanto Mariana dorme, o som suave do seu balanço enche o quarto de magia, preparando uma nova aventura.



*Margarida Sousa  
Histórias para Pensar –  
Crescer no Século XXI*

# Muçurana

## Conheça a cobra “queridinha” dos pecuaristas, apelidada de limpa-pasto

Escrito por Compre Rural

*Serpente não peçonhenta, a muçurana se alimenta de cobras venenosas e ajuda a reduzir riscos, acidentes e prejuízos na pecuária brasileira*

IMAGEM GERADA POR IA



A cena pode parecer estranha para quem vive na cidade, mas é um espetáculo relativamente comum no meio rural: uma muçurana capturando e consumindo uma cascavel, uma das cobras mais perigosas do Brasil. No campo, essa imagem já virou motivo de conversa entre produtores que reconhecem a importância dessa serpente no equilíbrio natural.

Para muitos que lidam diariamente com gado, cavalos, ovelhas ou trabalham com suas famílias ao ar livre, a presença de cobras peçonhentas representa um perigo real e um prejuízo potencial. Animais como a cascavel não apenas podem causar mortes de bovinos, equinos e cães, mas representam um risco direto à segurança do trabalhador rural, além de ocasionar acidentes graves e perdas financeiras.

Além do risco à saúde humana, as picadas de cobras representam um problema recorrente e silencioso para a pecuária brasileira. Todos os anos, muitos pecuaristas relatam perdas de animais por ataques de serpentes peçonhentas, especialmente cascavéis e jararacas, comuns em pastagens, áreas de mata, beiras de córregos e até próximas a currais e instalações rurais. Bovinos, equinos, cães de trabalho e outros animais acabam sendo surpreendidos, muitas vezes durante o pastejo ou no deslocamento dentro da propriedade.

O impacto dessas ocorrências vai além do número de animais perdidos. Há registros de mortes de animais de alto valor genético, como touros reprodutores, matrizes selecionadas e doadoras de embriões, cujo prejuízo financeiro e produtivo é significativo.

Em sistemas de produção intensiva e de melhoramento genético, a perda de um único animal pode representar anos de investimento em genética, manejo e sanidade. Nesse cenário, a presença da mussurana no ambiente rural ganha ainda mais relevância, por contribuir de forma natural para a redução da circulação de cobras peçonhentas e, conseqüentemente, para a diminuição desses prejuízos ao produtor.

É nesse contexto que a muçurana se destaca como uma espécie valorizada no ambiente rural. Ao contrário das serpentes peçonhentas, a mussurana não possui veneno perigoso para humanos e ainda desempenha um papel de controle natural de populações de serpentes mais perigosas. Segundo informações do Instituto Butantan, essa espécie se alimenta de outras cobras — um comportamento conhecido como ofiofagia — e é imune ao veneno de várias delas, incluindo jararacas e cascavéis.

### SÍMBOLO HISTÓRICO

Muçurana, também conhecida como cobra-preta, mussurana e limpa-pasto, deriva da palavra em tupi-guarani “muçum”, que significa alongado, esguio, corda (existe um peixe alongado chamado popularmente de muçum), e “rana” (aquele que tem for-

ma de, aparência de). Ou seja, ela é parecida com o peixe muçum — também conhecido como “peixe-cobra”.

A famosa imagem da muçurana devorando a jararaca é vista como uma representação do bem contra o mal, do soro contra o envenenamento, e chegou a inspirar os logotipos do Butantan. O símbolo é encontrado em alto relevo na fachada do primeiro prédio do instituto, que hoje é a Biblioteca, e durante muito tempo estampou o selo que lacrava as embalagens dos soros.

A cobra-preta foi parar até em cédulas de 10 mil cruzeiros, expedidas entre 1991 e 1994 em homenagem a Vital Brazil. As notas apresentavam, de um lado, uma foto do cientista e uma ilustração da extração de veneno, e no verso, a muçurana atacando a jararaca.

### O DIFERENCIAL DA MUSSURANA

O interesse dos produtores rurais pela mussurana vai além da convivência pacífica. Entre suas características principais estão: Não é peçonhenta para humanos. Resistente aos venenos de outras cobras, o que lhe permite preda serpentes perigosas. Dieta especializada: inclui cascavéis, jararacas e cobras-coral em sua alimentação habitual.

Por conta dessas características, muitos homens do campo e pesquisadores costumam dizer que “onde tem mussurana, tem menos cobra perigosa”. Essa observação é menos uma garantia absoluta e mais um reconhecimento do papel ecológico que a espécie exerce no controle natural de predadores indesejados.

### NATUREZA EM EQUILÍBRIO

É importante ressaltar que, do ponto de vista ambiental, não se trata de classificar uma cobra como “boa” e outra como “ruim”, mas de entender que cada espécie desempenha seu papel no equilíbrio ecológico. Mesmo as cobras venenosas têm sua função: ajudam a controlar populações de roedores e outros pequenos animais e mantêm a dinâmica natural dos ecossistemas.

No entanto, para quem vive e trabalha no campo, a presença de uma serpente não peçonhenta como a mussurana, que ajuda a reduzir a presença de espécies perigosas sem intervenção humana, é encarada como uma aliada — especialmente na proteção de animais domésticos e pessoas.

### DEPOIMENTO DE CAMPO

Um leitor do portal CompreRural compartilhou sua experiência pessoal com a mussurana em sua propriedade. “Tenho uma mussurana no meu sítio ao redor da casa há aproximadamente 5 anos, tem mais ou menos 1,5 m de comprimento. Não permito que ninguém toque nela; só entrou dentro de casa uma vez, mas trato com todo carinho, é aparentemente calma” —relatou o seguidor.

Esse tipo de relato ilustra como a relação entre humanos e essa espécie pode ser de convivência respeitosa, baseada no reconhecimento do seu papel no ambiente rural. Com informações do Instituto Butantan.

FOTO: BUTANTAN



# MEMÓRIAS/FLASHES DO ANTIGO COLÉGIO DA CNEC – DAS DIFICULDADES FINANCEIRAS – DIRIGENTES POSTOS PARA FORA DA PREFEITURA

A unidade cenequista local, que, aqui, de forma heróica, manteve educandário de 1º e 2º graus. hoje denominados ensino fundamental e médio – meados/final do século passado – era subordinada à Regional (CNEC) de Juiz de Fora, com a qual eram tratados assuntos administrativo-operacionais, pedagógicos e afins próprios de um estabelecimento/empreendimento escolar. Embora depreciados por alguns, os antigos Ginásio e Colégio Normal Santiaguense prestaram inestimáveis serviços à comunidade, onde centenas e centenas de jovens estudaram, se capacitaram e angariaram oportunidades profissionais, atuando na região ou em outros centros do País.

Uma dificuldade enorme, décadas de 1960, 1970, o contato entre as partes (unidades local e regional cenequistas) – precaríssimo, então, o sistema telefônico; a estrada entre São Tiago e São João Del-Rei era de terra, levando-se até três horas de percurso, entre as duas cidades em dias de chuva, às vezes atolando-se o veículo e permanecendo passageiros no meio do caminho. Para se deslocar a Juiz de Fora, levavam-se, na prática, três dias. Tinha-se que sair de São Tiago à tarde, pernoitando-se em São João Del-Rei e dali tomando-se ônibus ao amanhecer do dia seguinte, rumo ao destino. Findo o dia (pressupondo-se que os compromissos junto à Regional da CNEC, em Juiz de Fora, seriam de um dia), a tomada do interurbano ao entardecer ou à noite, pernoitando-se em São João Del-Rei e na manhã seguinte o retorno a São Tiago. Situações havia, em casos de treinamentos, cursos de capacitação, assuntos administrativos e pedagógicos mais complexo em que se tinha que permanecer por dias em Juiz de Fora.

Uma via crucis para professores, dirigentes, funcionários da CNEC local, convocados regularmente à Regional para seminários, treinamentos, quando não “lavadas na cara” por qualquer motivo, pois a Regional (era época do regime militar) era administrada por militares reformados, pouco afeitos à convivência com educadores e, quiça, às normas convencionadas de bom relacionamento e de gestão corporativa.

Um detalhe. Despesas de locomoção, estadia e similares eram custeadas pela unidade local, cujos cofres estavam sempre no vermelho, na pitimba. Tamanha a restrição orçamentária, que funcionários, cientes da sangria financeira da Instituição, hospedavam-se em casas de parentes e conterrâneos em Juiz de Fora, de forma a minimizar os custos. Havia, por outro lado, casos peculiares, senão bizarros, quando dirigentes eram convocados de última hora – em linguagem marcial, de quartel – a comparecer em Juiz de Fora em horários rígidos (por exemplo: manhã de uma segunda-feira ou à tarde de uma sexta-feira) que não permitiam o uso ou transbordo, via ônibus. Tinha-se que ir em veículo próprio ou alugado, com sérios ônus financeiros e físicos advindos do desgastante percurso.

Outro fator assaz desgastante. Por algum tempo, por força da crise do petróleo, década de 1970, os postos de gasolina não funcionavam à noite nem finais de semana e feriados. Era também racionado o abastecimento – x litros por carro/dia. Tinha-se que ficar atento, sempre com o tanque cheio, pois, era, igualmente proibido e com punições severas, transitar com gasolina extra no carro – se encontrada em garrafas, galões, bombonas no interior do veículo. Ao longo das rodovias, a fiscalização era rigorosa, feita pela polícia rodoviária, militar e mesmo civil.

Certa feita, uma quinta-feira, véspera de carnaval, uma convocação de última hora e em termos bruscos – a diretoria notificada a comparecer, no dia seguinte, pela tarde, a Juiz de Fora. Assunto relevante para a Regional, ao que parece uma denúncia, quiça fofoca de botequim. Eram tempos de muito tititi, muita interferência política, de denunciismo, ou mesmo mera maledicência de certos políticos quanto a currículos, a tema tratado em aula por algum professor tido como “adversário”, enfim, desrespeitos ao direito constitucional de opinião, à autonomia educacional e à salutar prática pedagógica. Algo próprio do atraso, do provincianismo, do politiquismo, pauperismo econômico e ideo-



lógico das comunidades de então e que, em muito, prejudicavam o andamento das atividades educacionais. e, extensivamente o desenvolvimento da coletividade.

Mas, como deslocar-se a Juiz de Fora, principalmente de última hora?! Alguns dirigentes já tinham programado viagem para o final de semana. Cidade sem sistema de táxi. Um ou outro cidadão era possuidor de veículo próprio. Professor, com os salários precaríssimos que recebiam, nem pensar. O caixa do educandário totalmente no vermelho.

Alguém sugere: – Vamos conversar com o prefeito. Quem sabe a Prefeitura ajuda na gasolina, em alguma fórmula de solução para o problema. Fora, todavia, uma desastrosa sugestão. Recebidos pelo alcaide, este com cara de poucos amigos e, ao que tudo indicava, em um péssimo dia. O homem acordara com a avó atrás do toco. Ou como se dizia em tempos idos, vendendo azeite às canadas. Mordido por marimbondos e dos bravos. Tão logo inteirado do assunto, o cidadão subiu nas tamancas, simplesmente explodiu. Incontrolado, praticamente aos gritos, disse estar indignado com o pedido, que cada um resolvesse seus problemas pessoais e empresariais, que deixassem de apoquentar o poder público e simplesmente, sem meias palavras, a gestos irados e ostensivos, colocou o pessoal da escola para fora do gabinete, indicando a todos, perplexos e estarrecidos, o olho da rua<sup>1</sup>.

Deslocando-se, às suas próprias expensas a Juiz de Fora, os dirigentes ali foram agraciados com queixas de rotina, questões de uso de uniforme (país que discordavam de seu uso), de conteúdo curricular que poderiam ser pefeitamente resolvidas à distância. Picuinhas de sempre. Ou seja, tratadas com um mero ofício ou telefonema.

*1 - As prefeituras, naqueles tempos – há que se reconhecer – tinham severas limitações orçamentárias, baixa receita, cidade economicamente depauperada. Passaram, sem dúvida, nossos antigos gestores muitas dificuldades em seus mandatos. Administradores, de então, tinham que pegar o touro à unha, matar um leão por hora, exigindo muita sobriedade, maturidade, rigor no gerenciamento das contas. Ao contrário dos tempos mais recentes, quando algumas prefeituras, ao que parece, nadam em berços de ouro, aplicando recursos elevados – arrancados duramente do contribuinte brasileiro – com folganças, shows, folias... Clientes e dos bons, ao certo, das Organizações Tabajara – “seus problemas acabaram” como dizia o irreverente grupo humorista Casseta & Planeta.*

## AO PÉ DA FOGUEIRA



### CARRO DE BOIS – O CRAVO DESAPARECIDO

“O velho caminhoneiro, comandante das estradas / debaixo daquele toldo, já são tantas toneladas / histórias, experiências por detrás de um parabrisa / tanta coisa que machuca, mas o tempo cicatriza” (Roberto Carlos – “O velho caminhoneiro”)

A peça, um pino que prendia o argolão por baixo da mesa de carro-de-bois desaparecera, se perdera, já há considerável tempo, motivo de desgosto para o fazendeiro. Objeto, pequenino no tamanho, mas de acentuada estima familiar, de imenso valor afetivo, senão histórico; afinal, o velho carro-de-bois, de seus cinquenta balaios, pertencera a seu avô e há décadas era religiosamente restaurado, preservando-se as peças originais, praticamente todas artesanais e quase centenárias. A confecção do carro fora trabalho de experiente marcheteiro, dos lados de Passa Tempo, há mais de século – Geraldo Terezo, assim se chamava – que exigira precisão, perícia na junção das arreas e todas as demais peças, formando inigualável conjunto artístico. Conjunto de geral estima e orgulho, enfim, para a propriedade e todo o clã familiar.

Agora, mais esta! Um dos cravos da roda do velho carro também se extraviara, apoquentando, de vez, o proprietário. Por mais se procurasse, por mais se perguntasse, ninguém lobrigou encontrar a peça – aliás, duas agora...A perda do cravo, modelo agulha, original, enfeiara e descaracterizara, de vez e muito, a roda, cujo modelo, com formato de agulhas, pião em número de seis em cada quadrante, configurava um X, além de oito agulhas contornando as ocas em meio círculo, dispostas estas para o lado externo da roda. Nas partes superior e inferior, mais duas agulhas distribuídas harmoniosamente no meio. E, por fim, o contorno geral em agulhas: o pião formando um cordão circular em toda a extremidade da roda, com a função de unir o meio às cambotas. Uma preciosidade!

Enquanto ali na região da Chácara cuidava-se das atividades rotineiras da propriedade e de deplorar a perda das pe-

ças do carro de bois, por outro lado, em outras extensões e torrões próximos, labutava o sr. Osvaldo (Osvaldo do Caminhão)<sup>1)</sup> que, além de carreteiro de leite (dezenas e dezenas de latões transportados das fazendas para os laticínios da região), na sua luta inglória com o valente Chevrolet, realizava, nos momentos disponíveis, carretos diversos, geralmente para proprietários rurais, de adubos, silagens, madeira, lenha etc.

Naquele dia, sua tarefa era levar uma carga de sacos de adubo até a Chácara; embora os solavancos e instabilidades provocados pelo leito irregular da estrada de terra, tudo corria normalmente. Osvaldo orgulhoso, confiante, pois instalara, há alguns dias, pneus novos no caminhão, bem caros é verdade, o que estabilizara bem o trânsito e o tranco diário do veículo, além de ligeira reforma no veículo.

Ao adentrar o roçado, onde desceria a carga, súbito um estouro desconunal, o veículo “puxado” para o lado, justamente sobre velha cerca, lançando-o quase numa barranceira. Sobressalto para o motorista e demais moradores ali presentes. A causa do pneu detonado: um objeto pontiagudo que, tão logo retirado, provocaria alegria, jubilo entre os proprietários – nada mais, nada menos que o velho cravo, há tanto procurado pelos donos do carro de bois...

Enquanto Osvaldo deplorava o prejuízo e o transtorno com pneu furado, regozijo para os sitiantes que, há tempos, buscavam ansiosamente o cravo extraviado e dessa forma, recompor o valioso carro de bois.

#### NOTAS

Osvaldo Pereira da Silva, “Osvaldo do Caminhão”, nascido aos 15-06-1937 e falecido aos 30-06-2018, filho de Antonio Pereira da Silva e Antonieta Barcelos da Silva. Agradecimentos à sua neta Dra. Maria Cecília pelas informações.



Realização:



Apoio:

